



6

HISTÓRIA

—
6.ª CLASSE

Ficha Técnica

Título

Manual de História | 6.ª Classe

Redacção de Conteúdos

Bento Kianzowa

Cícero Ivan da Costa Mesquita

Delfino Nvuzi Mwaku

Edson Futy

Mário Ilda Simão

Pedro Nsiangengo

Rebeca Santana

Rebeca Helena

Yuri Miguel de Azevedo

Capa

Ministério da Educação

Coordenação Técnica para a Actualização e Correção

Ministério da Educação

Revisão de Conteúdos e Linguística

Paula Henriques - Coordenadora

Domingos Cordeiro António

Silvestre Osvaldo de Margarida Estrela

3ª Edição

Editor: Mensagem Editora

Local e ano de Edição: Luanda - 2021

Lar do Patriota, Rua 50A, Nº. 546 E1 - Luanda

E-mail: mensagem.editora2019@gmail.com

Impressão: DAMER Gráficas SA

Tiragem: 850 372 Exemplares

Depósito legal: 10 219/2021

ISBN: 978-989-54802-3-4



Apresentação

Querido (a) aluno (a),

As lições seleccionadas para esta classe visam conduzir-te ao nível do progresso e de desenvolvimento, num mundo em constante mudança, através de conteúdos e de exercícios diversificados para a consolidação de algumas matérias, assim como o conhecimento de outras.

Deste modo, irás estudar, neste manual escolar de **História da 6.ª Classe**, matérias sobre a África, o berço da Humanidade, as antigas civilizações africanas, o período pré-colonial em África, África na era do tráfico de escravos, a época colonial em África e a luta pelas independências dos países africanos.

Esperamos que as lições a serem estudadas te ajudem a ampliar os conhecimentos, a desenvolver habilidades e a compreender as realidades actuais do nosso país, do nosso continente e do mundo, pois será desta forma que crescerás social e intelectualmente.

O Ministério da Educação

ÍNDICE

TEMA 1.

| | |
|---|-----------|
| ÁFRICA, O BERÇO DA HUMANIDADE | 10 |
| 1.1 Localização e limites geográficos | 10 |
| 1.2. A humanização e as primeiras comunidades humanas em África | 11 |

TEMA 2.

| | |
|---|-----------|
| AS ANTIGAS CIVILIZAÇÕES AFRICANAS: O EGIPTO ANTIGO | 18 |
| 2.1.O Egípto Antigo | 18 |
| 2.1.1 Localização geográfica | 19 |
| 2.1.2 O modo de vida dos habitantes do Egípto | 19 |

TEMA 3.

| | |
|---|-----------|
| O PERÍODO PRÉ-COLONIAL EM ÁFRICA | 28 |
| 3.1. Os grandes reinos e impérios africanos: Ghana, Mali, Kongo e Mwene Mutapa .. | 28 |

TEMA 4.

| | |
|--|-----------|
| ÁFRICA NA ERA DO TRÁFICO DE ESCRAVOS | 38 |
| 4.1. A expansão marítima europeia | 38 |
| 4.2. O tráfico de escravos | 39 |
| 4.3. As classes dirigentes africanas e o tráfico de escravos | 41 |
| 4.5. A abolição do tráfico de escravos: causas e consequências | 43 |

TEMA 5.

| | |
|---|-----------|
| A ÉPOCA COLONIAL EM ÁFRICA | 48 |
| 5.1. A exploração geográfica e a conquista dos territórios africanos | 48 |
| 5.2 A ocupação efectiva dos territórios de África | 49 |
| 5.2.1 A Conferência de Berlim | 49 |
| 5.3 As resistências à ocupação colonial | 49 |
| 5.3.1. A implantação do sistema colonial | 51 |
| 5.3.2. A administração, o controlo e a exploração da mão-de-obra africana | 51 |

TEMA 6.

A LUTA PELAS INDEPENDÊNCIAS DOS PAÍSES AFRICANOS 56

6.1. O surgimento do nacionalismo em África 56

6.1.1. O nascimento de novos Estados 60

6.1.2. Os primeiros países africanos independentes 60

6.1.3. O ano de África 61

6.2. Os Movimentos Nacionais de Libertação das Colónias Europeias 65

6.2.1. Novos Estados na África Austral 65

6.2.2 O *Apartheid* na África do Sul 73

GLOSSÁRIO 75

BIBLIOGRAFIA 80

HISTÓRIA

6.^a CLASSE



TEMA 1.

ÁFRICA, O BERÇO DA HUMANIDADE

ESTRUTURA DO TEMA

1.1 Localização e limites geográficos

1.2. A humanização e as primeiras comunidades humanas em África

ÁFRICA, O BERÇO DA HUMANIDADE

Desde os tempos remotos, o ser humano sempre teve conhecimento da vida dos seus antepassados. Este conhecimento só é possível devido ao estudo da História.

A palavra história é de origem grega, do vocábulo “*histor*”, que significa investigação ou averiguação; também pode significar relato ou narração de acontecimentos.

História: é a ciência que estuda a vida do ser humano através do tempo. **É importante estudar a História** porque nos permite conhecer quando e como viveram os nossos antepassados, como se desenvolveram até ao estado actual. O objecto de estudo desta ciência é o ser humano.

As ciências auxiliares da história são: a Geografia, a Antropologia, a Linguística, a Cronologia, a Arqueologia e outras.

1.1 Localização e limites geográficos

O continente africano é muito vasto, com mais de 30 milhões de quilómetros quadrados. É o terceiro continente mais extenso, depois da Ásia e da América. Está localizado a sul da Europa e a sudoeste da Ásia. É limitado a norte pelo **Mar Mediterrâneo**, a nordeste pelo **Mar Vermelho**, a sul pelos **Oceanos Atlântico e Índico**, a leste pelo **Oceano Índico** e a oeste pelo **Oceano Atlântico**.



Fig. 1. Mapa político do continente africano

1.2. A humanização e as primeiras comunidades humanas em África

O ser humano surgiu sobre a Terra há milhares de anos, mas os primeiros seres humanos não eram como nós.

Nós pertencemos a uma grande família de seres que viveram há milhares de anos e que tinham a forma humana – os homínídeos. Esta família foi composta por diversas espécies de seres humanos. Dentre elas encontramos a espécie do *homo-sapiens*, que é a do ser humano actual.

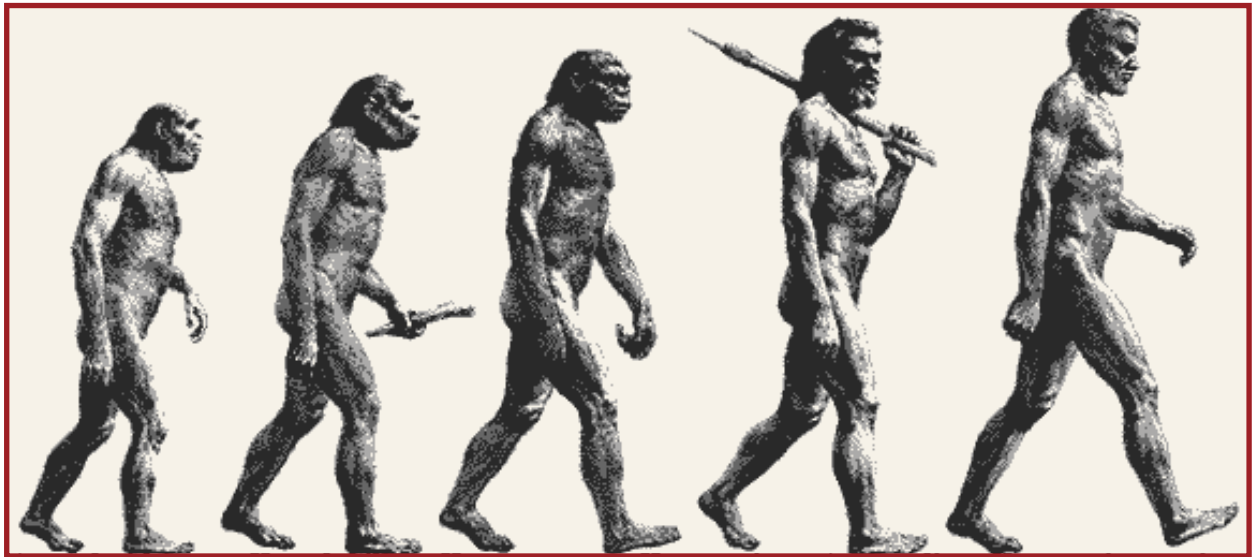


Fig. 2. Australopiteco, Homo-habilis, Homo-erectus, Homo-sapiens, Homo- sapiens-sapiens (Homem moderno).

Nas primeiras etapas do seu desenvolvimento, o ser humano estava **dependente da natureza**. Ele alimentava-se de **frutos silvestres, raízes e insectos**.

Mais tarde, começou a dedicar-se à caça, à pesca e à **recollecção** (colheita de frutos e raízes).



Fig. 3. Seres humanos primitivos em actividade de pesca rudimentar.

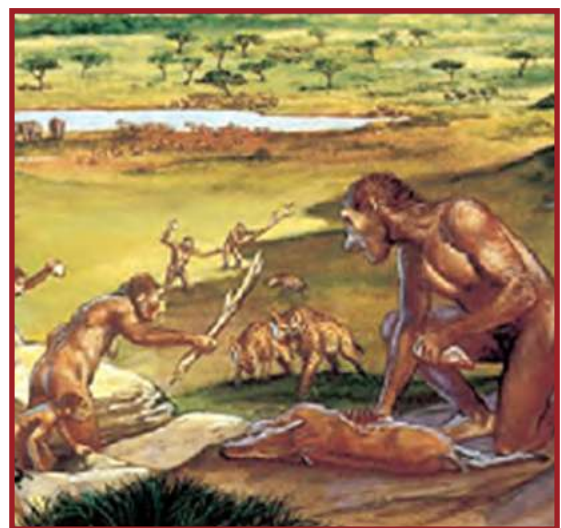


Fig. 4. Seres humanos primitivos em actividade de caça.

Os primeiros seres humanos apareceram em África

Foi no nosso continente que foram descobertos os restos ósseos dos primeiros seres humanos. É por essa razão que se diz que a “**África é o Berço da Humanidade**”.

E como sabemos isso?

Sabemos isso devido às **escavações arqueológicas** realizadas na **África do Sul**, na **Etiópia**, no **Quénia** e na **Tanzânia**, onde foram descobertos numerosos restos ósseos do mais antigo e primitivo ser humano.

Esses seres humanos distinguiram-se dos outros animais pela sua **posição erecta** e pelo **bípede**. Foi o **desenvolvimento do cérebro** que lhes permitiu apresentar-se como seres racionais, realizando mais tarde o fabrico de vários instrumentos.

Com o desenvolvimento da **inteligência**, os seres humanos descobriram o **fogo**, através do processo de fricção de duas pedras, e criaram **instrumentos de pau e de pedra**.



Fig. 5. As primeiras pegadas “humanas” descobertas, em Laetoli, na Tanzânia.



Fig. 6. Seres humanos primitivos a usar o fogo.

◆ ESCLARECER

Posição erecta: é a posição direita e erguida com que o ser humano anda.

Bípede: animal que possui dois pés para se deslocar de um sítio para o outro.

Os primeiros seres humanos viviam em cavernas e em habitações construídas com troncos de árvores.



Fig. 7. Uma caverna que serviu de abrigo ao ser humano antigo.



Fig. 8. Uma habitação construída com troncos e folhagem de árvore.

Os **rios** também tiveram um papel importante no surgimento e na fixação das primeiras comunidades humanas, como por exemplo os rios **Nilo, Congo ou Zaire, Níger, Senegal, Zambeze, Orange e Limpopo**. As civilizações que surgiram ao longo de rios são conhecidas como civilizações fluviais e foram muito ricas devido à abundância de recursos naturais, dentre eles os hídricos.

Nas águas dos rios, os seres humanos primitivos praticavam a **pesca** e nas terras adjacentes, a **agricultura**. Para além dos rios, há em África **lagos** importantes, como o **Tchade**, o **Victória**, o **Niassa**, o **Tanganica** e outros.

É importante saber que para o povoamento actual do continente africano se realizaram algumas movimentações colectivas de seres humanos de um lugar ao outro. Estas movimentações são designadas por migrações. Uma destas grandes migrações são as conhecidas migrações **Bantu**. Elas partiram da região entre o Níger e os Camarões, no Rio Benué, e expandiram-se para Este e Sul do continente africano. As migrações Bantu atingiram também o actual território de Angola e é por isso que a maioria da actual população de Angola é constituída por povos de origem Bantu, a saber: os Ambundu, os Bakongo, os Kwangar, os Lunda-Cokwe, os Nganguela, os Nyaneka, os Ochindonga, os Ovahelero, os Ovambo, os Ovimbundu, entre outros povos.



Fig. 9. Rio Zaire (ou Congo).

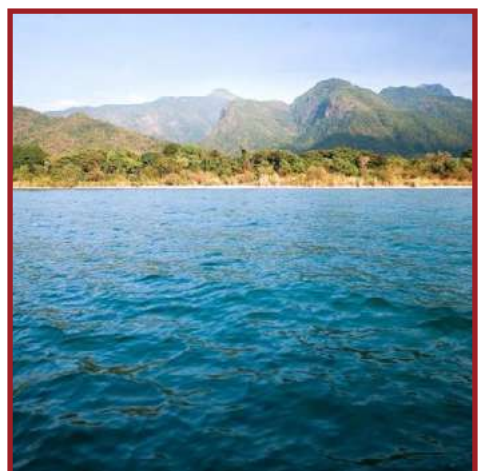


Fig. 10. Lago Tanganica.



Fig. 11. Mapa ilustrativo dos principais rios de África.



Pinturas rupestres em África.



TEMA 2.

AS ANTIGAS CIVILIZAÇÕES AFRICANAS: O EGITO ANTIGO

ESTRUTURA DO TEMA

2.1.O Egito Antigo

2.1.1 Localização geográfica

2.1.2 O modo de vida dos habitantes do Egito

AS ANTIGAS CIVILIZAÇÕES AFRICANAS: O EGIPTO ANTIGO

2.1.O Egito Antigo

História

A civilização egípcia está entre aquelas que se prolongaram por mais tempo ao longo da história da Humanidade. Durante cerca de três mil anos, trinta famílias ou **dinastias**, governaram o país, tendo reinado mais de duzentos faraós que se foram sucedendo uns aos outros. O primeiro faraó foi o Faraó Menés ou Namer (3000 a.C.). Foi este faraó que realizou a primeira unificação entre o Baixo e o alto Egito.

O **faraó**, o soberano, reinava como chefe absoluto (único) de todo o Egito: era um **rei** e, ao mesmo tempo, também era considerado um **deus**, cuja função era a de Guia e de Protector do seu povo; era um chefe **religioso, militar e político**.



Fig. 1. Escultura de Ménes, o primeiro Faraó do Egito.

Depois de Menés, todos os faraós passaram a usar a coroa dupla, na qual o branco representava o Alto Egito e o vermelho, o Baixo Egito. A coroa do Faraó simbolizava a união do Egito.

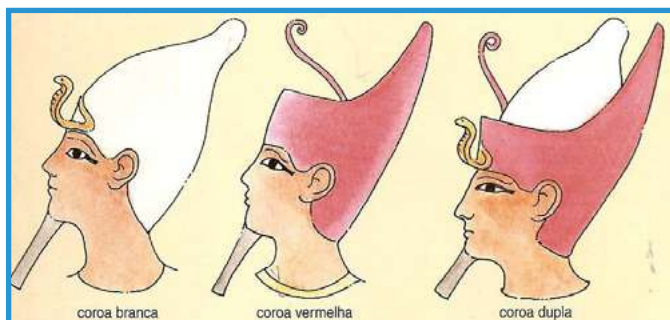


Fig. 2.

Cora branca, Alto Egito.

Cora vermelha, Baixo Egito.

Dupla Cora, Egito Unificado.

A História do Egito Antigo pode ser dividida em três grandes épocas, conforme a tabela abaixo:

| | |
|-------------------------|--|
| O Antigo Império | Período em que foram construídas as pirâmides. A capital era Mênfis. |
| O Médio Império | Período de guerras e conquistas. A Núbia é conquistada e anexada ao Egito. Tebas torna-se a capital. |
| O Novo Império | Período mais florescente da civilização egípcia. O território torna-se mais vasto e o comércio mais próspero |



Fig. 3. Templo de Amon-Ra em Karnak, um dos muitos templos construídos pelos faraós.

2.1.1. Localização geográfica

O Egito e a sua civilização fazem parte das civilizações mais antigas do mundo. O **Egito** situa-se no nordeste de África. Actualmente, faz parte da região do **Magreb**. O **rio Nilo**, um dos maiores do mundo, atravessa o país do Norte ao Sul e vai desaguar no mar Mediterrâneo. Esse rio constituiu uma das condições fundamentais para o surgimento e para a prosperidade da conhecida civilização egípcia.



Fig. 4. Localização do Egito em África.



Fig. 5. A República do Egito na actualidade.

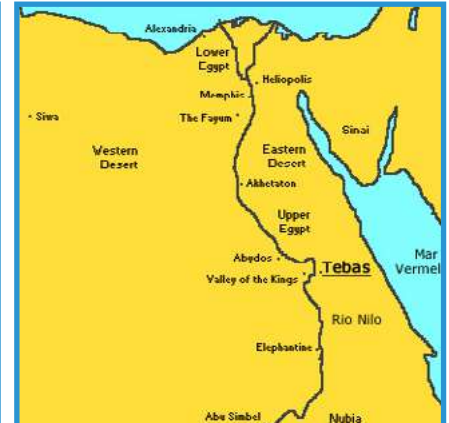


Fig. 6. O Egito na antiguidade.

2.1.2. O modo de vida dos habitantes do Egito

No Egito Antigo, os vários estratos sociais estavam bem diferenciados e formavam como que uma “**pirâmide social**”. No topo da pirâmide estava, a classe superior e na base, a classe inferior, isto é, subalterna.

Cada indivíduo ocupava o seu lugar nessa “pirâmide”, - com todos os seus deveres e direitos bem definidos.

A **classe dos subalternos** era formada essencialmente por **artesãos, comerciantes, camponeses e escravos**, sobrecarregados pelo trabalho e pelos impostos, isto é, eram explorados pela classe superior.

O faraó e os seus dignitários

O **faraó**, rei-deus, como também era conhecido, encontrava-se no topo da pirâmide social. Era o chefe supremo do culto e representante do povo perante os seus deuses.

Os **nobres**, membros da classe superior mais próxima do faraó, tinham a função de defender o território em caso de guerra.

Os **sacerdotes** desempenhavam as funções de ministros de culto em representação do faraó. Eram os sacerdotes que administravam os templos e os bens dos deuses. Inspiravam respeito e temor ao resto da população.

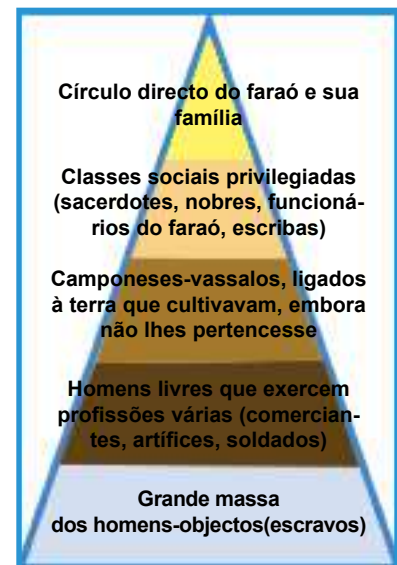


Fig. 7. A pirâmide das classes sociais egípcias.



Fig. 8. Escultura do Faraó Hatshepsut.

Os **escribas** eram os funcionários reais encarregados de registar todos os documentos importantes do Estado. Eles eram muito respeitados no Egito e a sua profissão era considerada a mais nobre de todas.

A classe dos subalternos

Entre a classe dominante dirigida pelo faraó e o resto da população existia apenas uma **relação de exploração**.

Nas classes dominadas encontravam-se:

Os **artesãos**, que trabalhavam nas grandes obras do Estado egípcio e nas suas pequenas oficinas para poderem sobreviver.

Os **comerciantes**, que constituíam um grupo pouco numeroso. A sua actividade era controlada pelos governantes.

Os **camponeses**, que constituíam o grupo mais numeroso. Tinham uma vida muito difícil, porque tudo o que produziam era entregue ao dono da terra sob a forma de imposto. Trabalhavam gratuitamente para o Estado nas obras públicas, durante os períodos das cheias.

Os **escravos** eram geralmente prisioneiros de guerra e pertencentes, por direito, ao faraó. Eram poucos porque o Egito só travou guerras quando se sentiu ameaçado. Ao longo da história, o Egito foi um país pacífico.

Em suma, a classe explorada era numerosa e constituía a força produtiva do Antigo Egito.

As principais actividades económicas

O Nilo é uma dádiva do Egito. Os egípcios adoravam o rio Nilo como uma divindade devido à fertilidade das terras que as suas cheias proporcionavam, tornando-as muito produtivas para a agricultura. Daí o tipo de actividade agrícola praticada pela população do Egito Antigo.

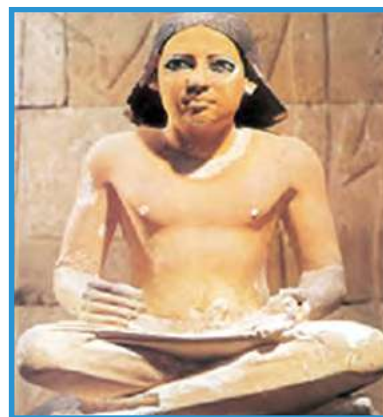


Fig. 9. Escultura de um escriba.



Fig. 10. Artesãos egípcios.



Fig. 11. Pintura que representa os camponeses egípcios.



Fig. 12. Mapa do Egito Antigo com as zonas irrigadas pelo Nilo e com os desertos da Líbia e do Sinai

Como as cheias não chegavam a todo o vale, os egípcios abriram **canais de irrigação**, a fim de levar a água aos campos mais distantes, construindo também reservatórios de água para os meses secos. Este trabalho levou-os a conceber um complicado sistema de irrigação e de controlo das cheias do Nilo, que teve como resultado um extraordinário aumento da produção agrícola.

Além da água para o consumo e para a irrigação, o Nilo fornecia também peixe e carne de hipopótamo.

No entanto, os **desertos da Líbia** e do **Sinai** também constituíam uma fonte de riqueza para a economia do Antigo Egito, na medida em que ofereciam uma reserva de **pedras para a construção** e **metais preciosos**. Além disso, formavam uma protecção natural contra os invasores.

Além da agricultura, o povo do Antigo Egito praticava a **pesca**, a **caça** e o **comércio**. Através do Mar Mediterrâneo, o Egito estabeleceu relações comerciais com outras regiões para onde exportava o **trigo** excedente e o **papiro** e importava a **madeira** de que necessitava.



Fig. 13 Ísis, a deusa que representava a figura da mãe.



Fig. 14. Osíris, o deus dos mortos.

A religião

O povo do Antigo Egito não sabia explicar alguns fenómenos que ocorriam na natureza, tais como as doenças, a morte, as mudanças atmosféricas e outros. Por esse motivo, acreditava que tudo dependia dos deuses bons ou maus ou, ainda, dos espíritos dos seus antepassados. Assim, os egípcios passaram a adorar **várias divindades** e a prestar-lhes culto todos os dias.

Os egípcios adoravam o **sol** e os **animais**. Cada aldeia, cada cidade, cada província e cada comunidade possuía os seus próprios deuses. O povo só venerava os que lhe eram mais familiares.

Os egípcios eram um povo extremamente religioso. Divinizavam as **forças da natureza** e tudo para eles era misterioso. Os fenómenos eram subordinados a várias divindades que passaram a adorar. Os egípcios eram **politeístas**, porque veneravam vários deuses aos quais prestavam culto diariamente.



Fig. 15. Um templo egípcio.

Só alguns dos deuses eram venerados em todo o Egito, como por exemplo **Ísis** e **Osíris**, que eram consideradas divindades muito importantes. Para os egípcios, Ísis tinha dado origem a todos os seres vivos e representava a figura da mãe. O Íris era o deus dos mortos e encarregava-se de os acolher na vida eterna.

Para os egípcios, os **templos** eram a casa dos deuses. Era aí que se erguiam mais **estátuas das divindades**. Os templos eram lugares extremamente secretos, nos quais não devia penetrar nenhuma força maléfica. É por isso que só o **faraó** e os **sacerdotes** aí podiam orar e fazer oferendas.

Pouco antes de amanhecer, o sacerdote percorria o templo iluminado por velas. Dirigia-se a uma pequena capela onde se guardava a estátua da divindade, batia a porta, entrava, em seguida lavava a estátua, vestia-a e dedicava-lhe oferendas e orações.

Se todos os rituais fossem correctamente observados, o equilíbrio do mundo estaria assegurado e o deus mostrar-se-ia reconhecido perante o Faraó e o povo do Egito.

Cultura e Arte

A arte egípcia é basicamente funerária e religiosa.

Para os egípcios, uma pintura, um desenho ou uma estátua possuía a mesma força do modelo vivo. O artista tinha que respeitar algumas regras para as representações resistirem à passagem do tempo.

Os artistas evitavam apresentar retratos ou desenhos com defeitos, como rugas ou com gordura excessiva, e evitavam também retratar o sofrimento ou a tristeza. Os desenhos e as estátuas retratavam sempre pessoas jovens, fortes e belas, mas nunca idosos, pessoas abatidas ou feias.

Os **túmulos** eram muito bem decorados e para os egípcios o defunto podia ver através dos olhos pintados no sarcófago, alimentar-se, contemplando as cenas agrícolas que tinha diante de si e reviver os mais agradáveis momentos da vida terrena através das pinturas que representavam banquetes ou caçadas.

As **pirâmides** eram túmulos gigantescos destinados a acolher e a proteger o **corpo mumificado do Faraó**. Junto da múmia do rei colocava-se mobiliário, roupas e objectos preciosos. Para os egípcios, as representações tinham uma força igual à realidade.



Fig. 16. Ilustração de um "Livro dos Mortos", com o julgamento dos defuntos.



Fig. 17. A Esfinge e a Pirâmide de Quéfnen, em Gizé.



Fig. 18. Busto de Nefertiti, rainha egípcia da XVIII dinastia e esposa do Faraó Amenhotep.

Ciência

Os egípcios também desenvolveram as **ciências**. A prática de uma agricultura que exigia um **controle rigoroso das cheias** e a **construção de grandes obras** levaram ao desenvolvimento da **Matemática**.

Quando se concluíam as colheitas, os camponeses tinham que calcular a quantidade de cereal de que necessitavam para comer, quanto deviam guardar e quanto deviam pagar ao Estado.

Os artesãos também tinham de calcular cuidadosamente as porções de cobre e de estanho que deviam misturar para obter o bronze.

Para construir edifícios, templos ou túmulos, os funcionários do faraó tinham que calcular quanto tempo demoraria a obra e que quantidades de materiais e de homens seriam necessários.

Quando se fazia o comércio, os funcionários reais necessitavam de anotar todas as operações de compra e de venda.

Assim se desenvolveram as várias operações de cálculo aritmético. Portanto, a partir da experiência e das necessidades materiais, os egípcios foram acumulando conhecimentos que contribuíram para o domínio da **Matemática**.

A partir do movimento dos astros, os egípcios criaram um calendário que compreendia 365 dias, em interligação com a **Astronomia**.

Os médicos egípcios tinham um grande conhecimento da anatomia do corpo humano, devido à prática da mumificação, mas os seus conhecimentos estavam ainda ligados à experiência tradicional e à magia.

Os médicos egípcios sabiam curar e ligar uma ferida ou colocar gesso no local apropriado, e chegaram a fazer operações cirúrgicas ao cérebro dos soldados feridos nas batalhas. A **Medicina** estava muito avançada no Egito, embora se continuasse a depositar muita confiança na utilização de forças mágicas.

Os egípcios deram um grande contributo à cultura universal com a sua arte, literatura e ciência. É por esta razão que se afirma que a civilização egípcia é um legado à Humanidade. Isto quer dizer que é uma herança que os egípcios deixaram para o mundo.

Devido a problemas internos e às sucessivas invasões de povos estrangeiros, como os assírios, os persas, os gregos e os romanos, o Egito acabou por perder a sua independência.

No entanto, a maior parte dos invasores ficaram admirados com a civilização egípcia e, ao invés de a destruírem, adoptaram-na parcialmente, como foi o caso dos gregos e dos romanos.



Fig. 19. A construção das pirâmides.



Fig. 20. Uma múmia egípcia.

! AGORA QUE JÁ APRENDESTES, DEVES SABER...

- Que a história do Egípto Antigo se divide em três grandes épocas.
- Que o primeiro faraó unificou o Alto e o Baixo Egípto.
- O que significava a cor branca e a cor vermelha na coroa dos faraós.
- Quais são as duas divisões fundamentais da sociedade egípcia.
- Quais eram as funções principais dos nobres, dos sacerdotes e dos escribas.
- A que se devia a vida difícil dos camponeses do Egípto.
- Por que razões os egípcios adoravam o rio Nilo como uma divindade.
- Que vantagens apresentaram os desertos da Líbia e do Sinai para o Egípto Antigo.
- Qual foi o lugar e o papel da ciência no Egípto Antigo.
- O que é que os deuses Ísis e Osíris significavam.
- Quais foram as razões da decadência do Egípto Antigo.
- Qual era a utilidade das pirâmides.



Pirâmides do Egito.



TEMA 3. O PERÍODO PRÉ-COLONIAL EM ÁFRICA

ESTRUTURA DO TEMA

3.1. Os grandes reinos e impérios africanos: Ghana, Mali, Kongo e Mwene Mutapa

O PERÍODO PRÉ-COLONIAL EM ÁFRICA

3.1. Os grandes reinos e impérios africanos: Ghana, Mali, Kongo e Mwene Mutapa

O Império do Ghana

Situação geográfica

O **Império do Ghana** estava situado na **Costa Ocidental da África**, na região entre os rios Níger e Senegal, como mostra o mapa. Este Império abrangia uma parte da actual República do Mali e parte da actual República do Senegal, com um clima húmido, favorável à agricultura.

O Império do Ghana foi fundado no século IV d.C. (depois de Cristo) e é o primeiro império da região subsahariana a ser conhecido na história de África.

O Ghana era um império muito forte e tinha um grande poderio militar, o que permitia controlar a circulação das caravanas comerciais nas rotas entre o Norte e o Sul e vice-versa. Os comerciantes da África do Norte traziam as suas caravanas carregadas de sal, tecidos, trigo e cobre para **Kumbi Saleh**, onde negociavam com os comerciantes do Ghana, cujos produtos eram trocados por ouro.

A capital desse grandioso império era a cidade de Kumbi Saleh, um pouco a norte da actual cidade de Bamako, capital da República do Mali. Kumbi Saleh estava dividida em duas partes distintas: a cidade comercial, onde habitavam comerciantes de todas as origens, e a cidade imperial, onde se encontravam o palácio real, as florestas sagradas, os sacerdotes e os túmulos imperiais.

Organização do império

O império do Ghana estava dividido em províncias, dirigidas por governadores que ajudavam o rei na administração do império.

A sociedade estava organizada em duas classes sociais: a mais importante era a classe superior, a que era dominante, constituída pelo rei, governadores e conselheiros do rei, alguns dos quais eram antigos escravos, e pela classe inferior ou subalterna, a classe dominada, constituída pelo povo.

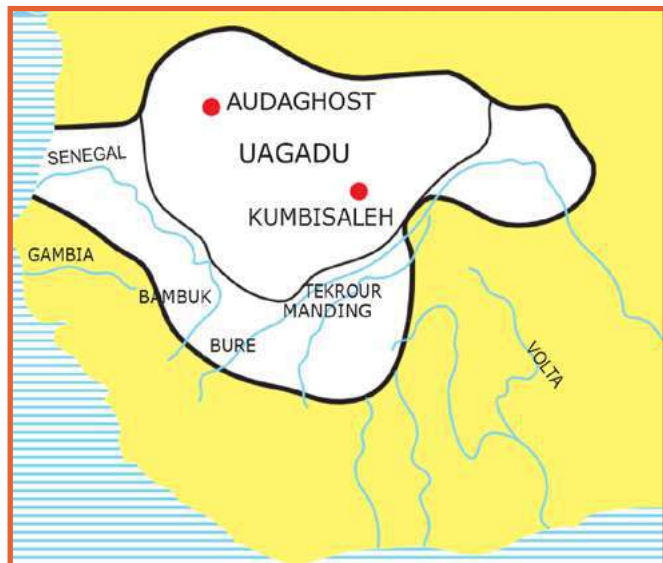


Fig. 1. Mapa do Império do Ghana.



Fig. 2. Pintura do século XIX, ilustrando uma aldeia tradicional nas margens do rio Senegal.

Actividade económica

A actividade económica principal do império era o comércio do sal e do ouro e, já naquela época, o Ghana era conhecido como o “País do Ouro”.

Além do comércio do ouro, a população praticava também a agricultura, a criação de gado e o artesanato. A maior parte da população era constituída por camponeses, que pagavam tributo ao rei sobre as colheitas que efectuavam.

A riqueza do imperador provinha das trocas comerciais, do ouro e dos tributos. O rei controlava a exploração e o comércio do ouro, de onde provinham os rendimentos para si e para a sua família. Assim, o rei recebia rendimento de todo o povo, inclusive da minoria privilegiada, isto é, da nobreza.

Este império próspero teve a sua decadência, mais tarde, com o aparecimento e a invasão dos pastores nómadas chamados almorávidas que se apoderaram do império.

O Império do Mali

Situação geográfica

O desmembramento do Império do Ghana fez surgir vários pequenos reinos, dentre eles o Império do **Mali**, no século XIII. Este Império, situado entre o rio **Níger** e a região de **Buré**, passou a fornecer ouro e escravos aos comerciantes árabes.

O **Império do Mali** expandiu-se geograficamente na região e tornou-se maior do que o Império do Ghana. O seu fundador foi **Sundiata Keita** que, para alargar o seu território, pilhou e conquistou novas terras. Além de conquistador, Sundiata Keita ficou conhecido como o organizador do império e, depois da expansão, tornou-se o senhor das minas de ouro e de cobre, bem como o senhor das regiões onde era extraído o sal.

Organização do Império

O Império do Mali estava dividido em **províncias** e cada uma delas era administrada por um chefe chamado de **tigui** ou **farba**. Por sua vez, as províncias estavam divididas em concelhos e aldeias. Os chefes das aldeias exerciam, ao mesmo tempo, funções políticas e religiosas. O farba tinha a função de ministro, fiscalizava a actividade do chefe local e recolhia o tributo pago.

A capital do Império era **Niani**, mas o desenvolvimento do Império do Mali fez surgir duas outras cidades importantes: **Tombuctu** e **Djenné**. Nestas duas cidades concentrava-se o comércio de ouro e de outras mercadorias, como a **cola** e o **óleo de palma**. O Império do Mali era um mercado importante para os árabes vindos do Norte de África. Mais tarde, a população do Mali começou a praticar a religião muçulmana (ou Islamismo), devido à influencia dos árabes.



Fig. 3. Mapa do Império do Mali.

Actividade económica

A actividade económica principal do Império do Mali era a agricultura e a criação de gado. Um dos produtos mais cultivados era o **algodão**.

Os principais rendimentos do imperador provinham dos impostos das colheitas, do gado, do tributo, da aquisição de pepitas de ouro, das taxas aduaneiras e dos despojos de guerra.

Mais tarde, o Mali entrou em declínio, devido a conflitos internos no seio da família imperial.

O Reino do Kongo

Situação geográfica

O **Reino do Kongo** estava situado na **África Central**, entre o extremo sul da floresta equatorial e a fronteira sul do Kongo.

O reino do Kongo tinha os seguintes limites:

- A Norte era limitado pelo rio **Ogwé**, no Gabão;
- A Sul era limitado pelo rio **Cuanza**;
- A Este era limitado pelo rio **Cuango**, afluente do Zaire;
- A Oeste era banhado pelo **Oceano Atlântico**;

O antigo território do Reino do Kongo abrangia regiões que actualmente estão integradas nos seguintes países: **República do Gabão**, **República Democrática do Congo**, **República do Congo** e **República de Angola**, onde se situava a capital do reino, a cidade de Mbanza Kongo.

O fundador deste vasto reino foi **Nimi-a-Lukeni**, um rei guerreiro, conquistador e poderoso. Com o seu pequeno grupo, atravessou o rio Zaire e fixou-se na sua margem esquerda. Reuniu à sua volta os povos já encontrados e formou o Reino do Kongo. O rei Nimi-a-Lukeni era também conhecido por **Ntinu Wene** ou **Ntotela**.



Fig. 4. Uma aldeia tradicional no Mali.



Fig. 5. Mapa do Reino do Kongo.



Fig. 6. Gravura representando a cidade de Mbanza Kongo, a antiga capital do Reino do Kongo.

Organização do Reino do Kongo

Como conseguiu o rei controlar um território tão vasto como o Reino do Kongo?

Dividiu o seu reino em seis províncias e aldeias. Os aristocratas, denominados Mani, eram os chefes das administrações das províncias e dos distritos, tinham a função de recolher o tributo pago pelos chefes das aldeias, as multas e as indemnizações para, posteriormente, encaminhá-los para o tesouro real. Ocupavam também os lugares de comando militar e religioso.

A capital desse grande reino era **Mbanza Kongo** e era lá onde residia o rei e os funcionários da sua corte.

A organização social do Reino do Kongo

A sociedade konguesa estava dividida em duas classes: a **aristocracia** e o **povo**.

Os aristocratas eram os **Mani**, a quem já nos referimos antes, cuja função era a de administrar as províncias e os distritos do reino. Eram eles que cobravam os impostos ao povo, recrutavam gente para o exército e para os trabalhos da comunidade ou trabalhos do rei. Eram os Mani que também faziam o exercício da **justiça**.

Por sua vez, os Mani pagavam impostos ao rei e dependiam da sua autoridade. A nomeação ou a destituição do Mani era da competência do rei. O rei tinha um poder quase absoluto.

A maior parte da população era formada por **camponeses** que se dedicava ao cultivo da terra. Os camponeses desbravavam as terras e as camponesas semeavam os campos e faziam a sua manutenção, bem como procediam à colheita dos produtos.



Fig. 7. Imagem de uma mulher konguesa a preparar a terra para o cultivo.



Fig. 8. Ferreiros em actividade.

A outra parte da população era formada por **artesãos**, que faziam trabalhos de ferro e de madeira.

No Reino do Kongo, **a propriedade da terra era comum**, quer dizer que a terra pertencia a todas as pessoas do mesmo clã (kanda) – mas as melhores terras eram destinadas à aristocracia.

Embora as terras fossem propriedade comunitária, cada ser humano livre, em conjunto com a sua família, recebia uma lavra. Tudo o que fosse produzido naquela lavra pertencia a si e à sua família e não à comunidade. Portanto, o trabalho e o produto eram para proveito próprio.

As lavras e os outros bens não passavam de pais para filhos por morte dos pais, porque quem herdava eram os irmãos ou os sobrinhos do falecido. Esta forma de agir chamava-se **direito matrilinear**.

Assim, no Reino do Kongo predominava a propriedade comunitária, mas no seio da classe rica já estava a nascer a propriedade privada.

Actividades económicas principais

A economia do reino assentava numa agricultura relativamente bem desenvolvida. Cultivava-se de tudo um pouco: **milho, feijão, banana, palmeira-de-dendém**, entre outros cultivos. A agricultura era praticada em terrenos vastos.

O **trabalho do ferro** (metalurgia) desempenhava um papel muito importante no reino. Os ferreiros trabalhavam para a aristocracia e chegavam mesmo a criar associações de ferreiros. Fabricavam armas, instrumentos para a agricultura, para a caça, entre outros. Havia, ainda, uma parte da população que trabalhava no artesanato e no comércio.

O comércio

A economia do Reino do Kongo era muito rica. Produzia-se muito, tanto na **agricultura** como no **artesanato**. Por isso, havia sempre produtos excedentes. Com esses produtos excedentes podia fazer-se o comércio ou a troca por outros produtos que não existiam na região.

As margens do rio Zaire e a costa do Oceano Atlântico eram os locais onde se fazia o comércio, mas longe da costa ou no interior também se fazia comércio com os reinos vizinhos.

Em certas épocas do ano organizavam-se **mercados** locais onde eram trocados vários produtos.

No Reino do Kongo havia **moeda**, mas não era como a moeda de hoje. A moeda konguesa eram conchas do mar chamadas **Nzimbu**.



Fig. 9. Nzimbu, moeda usada no Reino do Kongo.

A moeda Nzimbu era uma concha pequena que era apanhada na Ilha de Loanda. Naquela época, a Ilha de Loanda era propriedade exclusiva do Rei do Kongo e controlada por alguns nobres da corte. A moeda recolhida na Ilha de Loanda era enviada para a capital do reino (Mbanza Kongo) e servia de moeda para todas as transacções comerciais. O sal-gema serviu também de moeda para as transacções comerciais no Reino do Kongo, além de ser usado na alimentação.

O sal-gema vinha da Quissama, concretamente de um lugar chamado “Sanda-dya-Mwngwa”, na zona do Morro do Twenze, que na época pertencia ao Reino do Ndongo.

O comércio à longa distância também era controlado pelo rei.

Desde a chegada de Diogo Cão, em 1482, os portugueses, aproveitavam-se das relações de amizade estabelecidas entre os dois reinos e iam penetrando no território do Reino do Kongo, que foi perdendo a sua hegemonia. Deste modo, foi-se instalando a confusão e a desordem entre os kongueses e enfraquecendo as estruturas políticas, económicas e sociais do Reino do Kongo.

O império do Mwene Mutapa

Situação geográfica

O **Reino do Zimbabwe** desenvolveu-se na parte oriental de África, na região situada entre os rios **Zambeze** e **Limpopo**. Este reino foi fundado por povos bantu vindos dos Grandes Lagos.

As condições geográficas desta região permitiram a fixação de comunidades de **agricultores** e de **pastores**.

Estes povos pastores foram construtores de grandes muralhas de pedra. Essas fortificações eram designadas por “**zimbabwe**”, o que significava “a grande casa de pedra”, ou a “grande casa do chefe”. As construções em pedra testemunham a existência de comunidades muito organizadas. As muralhas e as fortificações com grandes adornos demonstram uma organização social com fortes sistemas defensivos.

O espaço que as muralhas cercam dá a ideia de que o mesmo era ocupado por um grande número de pessoas. Foi o desenvolvimento deste reino que fez surgir o **Império do Mwene Mutapa** ou **Monomotapa**.

Organização do Império do Monomotapa

A sociedade do Zimbabwe estava dividida em quatro classes: **Monomotapa**, o imperador, os **Mambo**, chefes dos reinos subordinados pelo imperador, os **chefes das aldeias** e os **camponeses**. Os Mambo e outros funcionários da corte ajudavam o imperador na administração do império. O desenvolvimento da produção fez surgir outros grupos sociais com diferentes funções: **agricultores, artesãos, pastores e comerciantes**.

O Mambo que residia no Zimbabwe recebia os tributos em ouro e marfim destinados ao Monomotapa, que depois eram trocados por tecidos, pérolas e porcelanas com os mercadores árabes vindos do Norte de África.

Uma parte dos produtos agrícolas destinava-se à alimentação do imperador e dos seus colaboradores.

Após a morte do imperador Monomotapa, ninguém conseguiu manter a união e o funcionamento do império. Assim, este começou a declinar. Já enfraquecido, não conseguiu resistir à presença portuguesa.

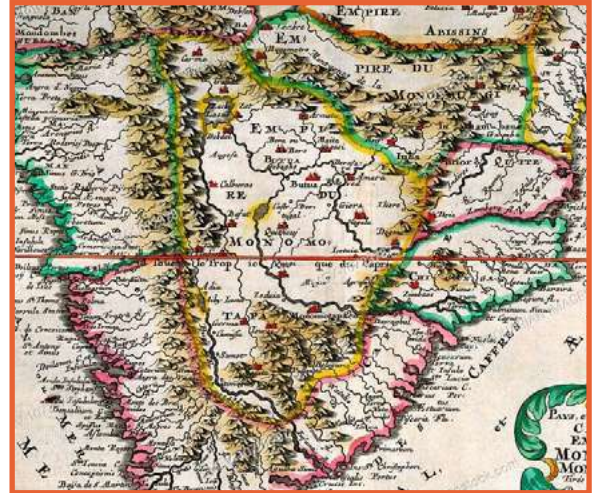


Fig. 10. No centro do mapa, a civilização do Zimbabwe e do Império do Mwene Mutapa.

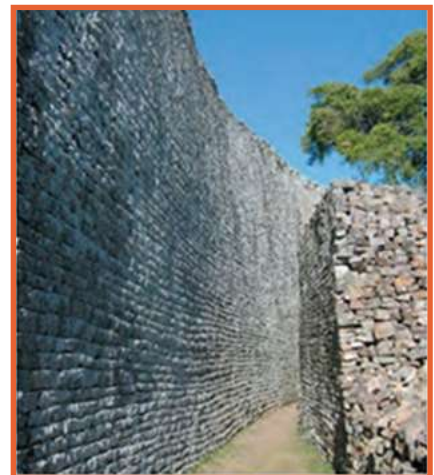


Fig. 11. As muralhas do Grande Zimbabwe.



Fig. 12. Aldeia antiga do Zimbabwe.

! AGORA QUE JÁ APRENDESTE, DEVES SABER...

Antes da chegada dos europeus à África já existiam reinos e impérios com elevado desenvolvimento.

- O Ghana era conhecido como o “País do Ouro”.
- A economia do Império do Ghana baseava-se no comércio do ouro.
- O Império do Ghana foi o primeiro império a ser conhecido na história da África Subsaariana.
- A capital do Ghana denominava-se Kumbi-Saleh.
- O desaparecimento do Império do Ghana fez surgir um novo império: o Império do Mali.
- O fundador do Império do Mali chamava-se Sundiata Keita.
- A capital do Império do Mali era Niani.
- O fundador do Reino do Kongo foi Nimi-a-Lukeni, também conhecido por Ntinu Wene ou Ntotela.
- O Reino do Kongo estava dividido em províncias, distritos e aldeias.
- O Reino do Zimbabwe deu origem ao Império do Monomotapa.
- O Reino do Zimbabwe foi formado por povos pastores e agricultores descendentes dos Bantu, construtores das grandes muralhas de pedra – “Zimbabwe”.



As ruínas do Grande Zimbabwe.



TEMA 4.

ÁFRICA NA ERA DO TRÁFICO DE ESCRAVOS

ESTRUTURA DO TEMA

- 4.1. A expansão marítima europeia
- 4.2. O tráfico de escravos
- 4.3 As classes dirigentes africanas e o tráfico de escravos
- 4.4 A abolição do tráfico de escravos: causas e consequências

A ÁFRICA NA ERA DO TRÁFICO DE ESCRAVOS

4.1. A expansão marítima europeia

Depois de terem desenvolvido a navegação, os europeus decidiram sair das suas fronteiras e lançar-se ao mar à procura da Índia.

Esse período em que a Europa se lançou para outras partes do mundo chamou-se “**expansão europeia**”.

Essa expansão só foi possível graças aos conhecimentos científicos e técnicos que os **árabes** transmitiram aos europeus, principalmente aos marinheiros italianos. Portugal foi a primeira nação europeia a tentar controlar o comércio mundial, até então dominado pelo árabes, tanto em África (no Norte e na costa oriental) como no Índico. Os europeus tentavam encontrar, a todo o custo, o **Caminho Marítimo para a Índia**, a fim de obterem ou adquirirem directamente as especiarias de luxo do Oriente e boicotar os intermediários árabes que traziam para a Europa esses produtos através do Mar Vermelho e do Mar Mediterrâneo. Esses produtos tornavam-se muito caros ao chegarem à Europa. Deste modo, Portugal sentiu necessidade de se libertar dos intermediários árabes e anular o controlo que os Árabes detinham. Para os europeus, era importante eliminar o monopólio comercial árabe para que os produtos do Oriente se tornassem mais baratos na Europa Ocidental.

O primeiro acto expansionista dos portugueses foi a conquista da ilha de **Ceuta**, nas proximidades do norte de África. Depois seguiram-se outras conquistas, como a de Arzila e de Tânger. No entanto, encontraram uma grande resistência, por parte dos árabes ou mouros, em **Alcácer Quibir**.

Na região do Sudão Ocidental, os portugueses chegaram ao **Rio do Ouro**, à **Costa do Marfim** e a **São Jorge da Mina**, actual Ghana.

Na África Central e Austral, os portugueses chegaram ao **Reino do Kongo**, na foz do rio **Zaire** e, posteriormente, ao **Cabo da Boa Esperança**.

Na costa oriental de África, os portugueses chegaram a **Natal** (África do Sul), a **Madagáscar** e a **Moçambique**.



Fig. 1. Uma caravela, tipo de embarcação com que os portugueses navegaram até a África.



Fig. 2. Figura ilustrativa da chegada dos europeus a África, bem como os primeiros contactos entre os dois povos.

Os primeiros contactos entre os africanos e os europeus

Com a chegada dos primeiros europeus à África foram estabelecidas as denominadas primeiras relações entre a civilização europeia e a civilização africana. Na da África Sub-sahariana, mais concretamente, no Reino do Kongo, a civilização europeia foi representada pelos portugueses e a segunda pelos kongueses, isto é, habitantes do Reino do Kongo, dando início às primeiras relações políticas, baseadas na amizade e no respeito mútuo.

Prova disto, foi a assinatura de um acordo de cooperação que previa relações comerciais amigáveis entre o Reino do Kongo e os portugueses.

4.2. O tráfico de escravos

A escravatura

A história da escravatura abrangeu culturas, nacionalidades e religiões desde os tempos antigos. No entanto, as posições sociais e económicas diferenciaram bastante o sistema de escravidão em diferentes épocas e lugares. Em todos os continentes foi praticada a escravatura, entretanto, devido à supremacia europeia sobre o continente africano, foram intensificadas as trocas comerciais de bens e de seres humanos que resultou no tráfico de escravos africanos para o continente europeu e americano.

Antes da chegada dos europeus à África, já havia escravatura entre os africanos. Porém, existia uma grande diferença entre a escravatura praticada entre os africanos e o tipo de escravatura promovida pelos colonialistas europeus. A escravatura praticada entre os africanos tinha carácter doméstico ou patriarcal e a escravatura praticada pelos europeus era de carácter comercial.

O tipo de escravatura que vamos estudar neste tema é, essencialmente, **comercial e transatlântica**. Havia algumas razões que davam origem à escravatura doméstica ou patriarcal. Uma das razões era a guerra, razão favorável para se obter escravos. Na época, os vencidos eram reduzidos à escravatura pelos vencedores. Actualmente, os vencidos em guerras, são feitos prisioneiros de guerra.

Havia outro motivo para se passar da condição de ser humano livre a escravo. Tratava-se do homem ou da mulher acusada de prática de feitiçaria. Estes também eram submetidos à escravatura, assim como toda a sua família.

Contrariamente ao tipo de escravatura doméstica, praticada pelos africanos, a escravatura comercial, praticada pelos europeus, reduzia o ser humano a um objecto ou produto. Outra particularidade é que o escravo comercial era comprado e vendido de acordo com os interesses dos traficantes de escravos.

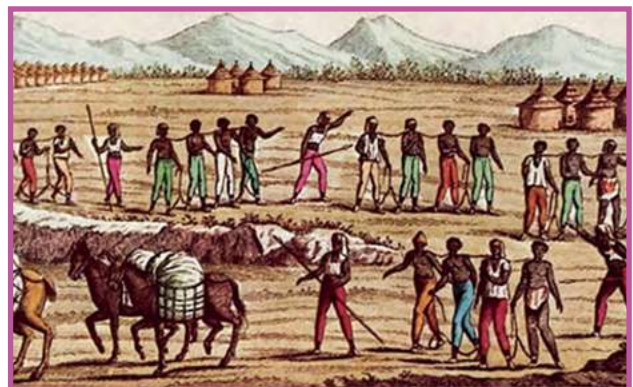


Fig. 3. Quadro que representa uma caravana de escravos na África Ocidental.

O primeiro navio europeu a chegar às águas tropicais foi comandado pelo navegador português Antão Gonçalves. Este atingiu a Costa da Mauritânia, onde capturou homens, mulheres e jovens, num total de dez pessoas, levando-os para Portugal, onde os vendeu como escravos.

Foi assim que em 1441 o tráfico de escravos teve o seu início na Costa Ocidental da África, tendo perdurado até ao século XIX. Como podes perceber, foram muitos e longos os séculos de prática desta actividade comercial que originou o despovoamento do continente africano.

Os investidores de Lisboa ficaram interessados no negócio de escravos, pelo que se associaram e financiaram uma expedição maior. Como resultado desta expedição, foram capturados 235 escravos que, mais uma vez, foram vendidos em Portugal (Lisboa). Foi deste modo que se iniciou o trágico capítulo da história africana associado ao tráfico de escravos. Entretanto, é importante recordar que este negócio era praticado por vários Estados da Europa (britânico, francês, português, espanhol, holandês, dinamarquês e outros).

O tráfico de escravos na costa ocidental de África passou a ser monopólio dos portugueses, que não permitiam parceiros neste negócio altamente lucrativo. Mas não tardou para que os espanhóis entrassem na corrida, devido à notícia das riquezas provenientes do Golfo da Guiné.

Os portugueses e os espanhóis foram os pioneiros no comércio de escravos africanos para o **continente americano**. Em 1518, chegava o primeiro carregamento de escravos negros ao continente americano. Era a mudança na rota do comércio de escravos, isto é, da Europa para a América. Mais tarde, os ingleses também entraram no negócio e, em 1562, enviaram o primeiro carregamento de escravos a partir da Serra Leoa.

A escravatura comercial intensificou-se devido à falta de mão-de-obra para trabalhar

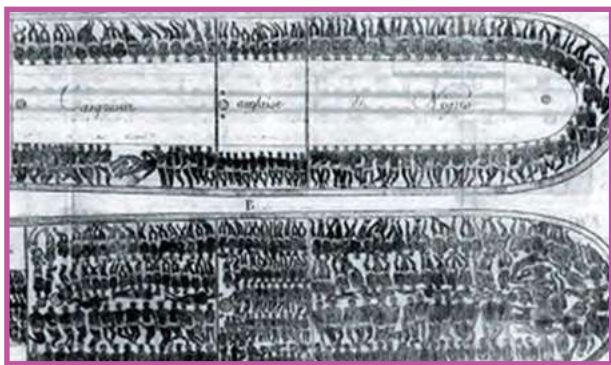


Fig. 5 Os navios negreiros destinavam-se ao transporte de escravos através do oceano, em espaço sobrelotado.

nas minas, nas grandes plantações de cana-de-açúcar, de algodão e de tabaco no continente americano, onde os índios, nativos da América, não resistiam ao tipo de trabalho forçado exigido pelos senhores, bem como ao clima característico da região - uns morriam e outros evadiam-se. Por isso, os escravos eram vendidos a preços altos, o que transformou este comércio num negócio altamente lucrativo para os europeus e para os africanos que participavam no mesmo.

Este tráfico de escravos deu lugar ao “**Comércio Triangular**”, porque envolvia três continentes, a saber: África, Europa e América. Os produtores de vários países da Europa vendiam os seus produtos aos exportadores dos grandes portos do Atlântico. Entre os vários produtos, destacam-se os **artigos de lã**, de **algodão**, **armas de fogo**, **pólvora**



Fig. 4. O castelo de São Jorge da Mina (El-Mina), construído pelos portugueses na costa da Guiné em 1482, tornou-se um importante centro de tráfico de escravos.

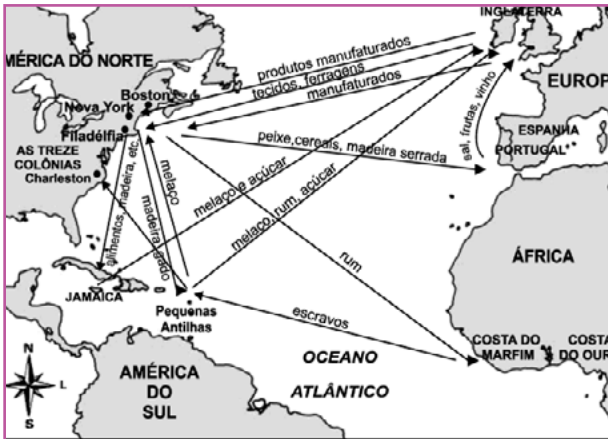


Fig. 6. Mapa a ilustrar como se realizava o comércio triangular entre a África, a América e a Europa.



Fig. 7. Escravos africanos trabalhando numa plantação de tabaco nas Antilhas Holandesas.

O trabalho dos escravos africanos nas Américas gerou grandes fortunas na Europa e isto ajudou alguns países a se transformarem em nações comerciais poderosas, como foram os casos da **Inglaterra** e da **França**.

4.3 As classes dirigentes africanas e o tráfico de escravos

O tráfico de escravos foi um grande mal que afectou profundamente o continente africano, particularmente na zona subsahariana. Como já foi referido, o tráfico de escravos provocou elevados danos demográficos, económicos e, inclusive, sócio-culturais.

O tráfico de escravos praticado pelos países europeus só foi possível com a cumplicidade de alguns chefes políticos africanos. Os navios negreiros vinham para a África carregados de artigos de pouco valor, como **espelhos, missangas, tecido, aguardente e armas de fogo**. Chegados à costa de África, os comerciantes europeus trocavam estes produtos por **ouro, marfim, peles** e, sobretudo, por **escravos**.



Fig. 8. Imagem a ilustrar o tráfico de escravos.

e **bebida alcoólica**. Esses produtos eram levados para a África, onde eram trocados por escravos que posteriormente eram levados para o continente americano. Este era o **primeiro lado do comércio**. Como se pode ver, temos uma figura imaginária em forma de um triângulo que interligava os três continentes já citados.

Os comerciantes europeus vendiam os seus artigos por preços muito mais elevados do que o custo do seu fabrico. Por isso, obtinham enormes lucros dos mesmos.

Os **escravos** eram levados para o outro lado do Atlântico e vendidos nos mercados americanos. Este era o **segundo lado do comércio**.

Quanto aos comerciantes de escravos, do dinheiro adquirido na venda, estes compravam, na América, carregamentos de **açúcar** e de **tabaco**, para os venderem nos países da Europa. Este era o **terceiro lado do comércio**. Esta fase dava lucros aos plantadores e aos proprietários dos navios cargueiros.

Devido aos fabulosos lucros que esse comércio dava, muitos chefes africanos envolveram-se cada vez mais nele e colaboravam na promoção das **guerras do kwata-kwata**, nas aldeias, a fim de obterem o maior número de escravos.

Devido à procura excessiva de escravos, as populações assustadas começaram a abandonar o litoral para se refugiarem no interior. Procuravam refúgio nos lagos do interior.

Como os traficantes de escravos tinham medo de penetrar no interior, havia intermediários africanos que iam para lá caçar os escravos, para os vender aos comerciantes europeus. Esses homens eram designados de **lançados**.

Os lançados percorriam o interior, organizando guerras, onde capturavam escravos e levavam-nos para o litoral, em caravanas, onde eram vendidos em leilão, nos mercados organizados por eles.

Em seguida, os escravos eram armazenados em pequenos quartos, em condições desumanas, à espera de embarque. Eles eram acorrentados e postos em porões de navios muito apertados para serem transportados. Durante o transporte, muitos deles morriam devido às péssimas condições. Muitas vezes os escravos revoltavam-se durante a viagem, mas eram brutalmente reprimidos e outros eram simplesmente atirados ao mar.

Durante a travessia, muitos escravos adoeciam e estes também eram lançados ao mar.

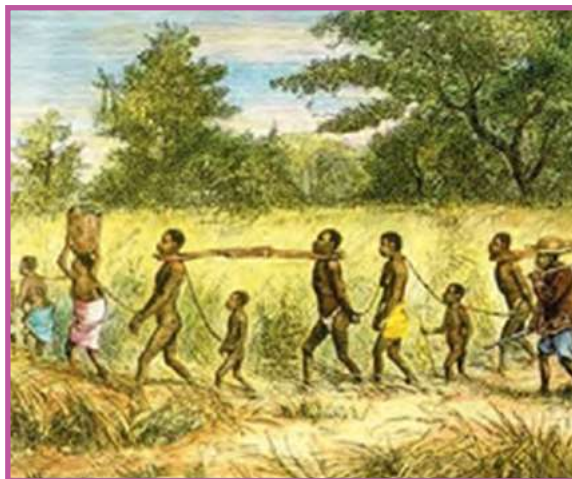


Fig. 9. Uma caravana de escravos.



Fig. 10. Transporte de escravos no porão de um navio negreiro.



Fig. 11. Desembarque de escravos num porto das Américas.

Os que chegavam vivos e sãos eram vendidos aos fazendeiros para trabalharem nas plantações de cana-de-açúcar, de tabaco, de algodão, de café e nas minas.

O tráfico de escravos provocou efeitos dolorosos e destruidores ao continente africano, e estes ainda hoje se fazem sentir.



Fig. 12. Um mercado de escravos no Brasil.



Fig. 13 Ataque a uma aldeia por caçadores de escravos.

A guerra e a caça de seres humanos passaram a ser uma necessidade, devido ao lucro e ao enriquecimento fácil. Muitos reinos africanos fortes ficaram desorganizados e os mais fracos chegaram mesmo a desaparecer. Pode-se mesmo afirmar que houve um grande retrocesso nas forças produtivas. Os povos agricultores regressaram à recolecção, deixando de ser sedentários. As classes dominantes, devido à intensidade do tráfico de escravos, ficaram enfraquecidas e tornaram-se presas fáceis dos traficantes de escravos.

Durante quase cinco séculos, a África foi palco de guerras, razias e outras operações nefastas provocadas pelos europeus para obter escravos. A África viu-se assim privada da força de trabalho necessária para o seu desenvolvimento, o que a lançou no atraso e no subdesenvolvimento. A deslocação forçada de milhares de africanos provocou a diminuição do crescimento natural da população, já que os homens, as mulheres e os jovens em idade produtora e reprodutora eram vendidos e levados para os outros continentes.

4.4. A abolição do tráfico de escravos: causas e consequências

Os factores económicos são uma das razões que provocaram o surgimento do processo de abolição da escravatura. A Inglaterra foi o primeiro país europeu a inventar máquinas para o fabrico de produtos. Com essas máquinas, passou a produzir mais do que aqueles países que possuíam escravos e, por esta razão, tinha um excedente de produtos. Então começou a procurar mercados regulares e seguros para poder escoar esses produtos. Foi por esta razão que a Inglaterra passou a desinteressar-se, directamente, pelo tráfico de escravos.

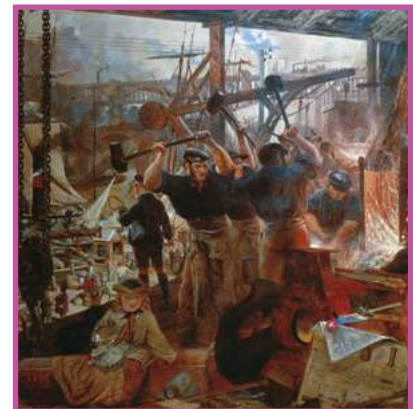


Fig. 14. Pintura de Philip James de Loutherbourg, retratando o interior de uma fábrica em Coalbrookdale, cidade inglesa considerada o berço da Revolução Industrial.

Este desinteresse levou, mais tarde, à promoção da condenação do tráfico de escravos e foi assim que a Inglaterra deu início, no ano de 1833, ao processo de abolição do tráfico de escravos. Ao mesmo tempo iniciou um processo de exigências para que Portugal e outros países europeus procedessem da mesma forma para poderem ter mercado de escoamento dos seus produtos. Entretanto, foi em 1836 que Portugal proibiu o tráfico de escravos em toda a Monarquia Portuguesa, através do Decreto de 10 de Dezembro, assinado pelo então Ministro de Estado, Sá da Bandeira.

Apesar deste Decreto de Sá da Bandeira e do Decreto da Inglaterra, é importante ficar claro que a prática do tráfico de escravos manteve-se por um longo período.

Os europeus, embora aumentassem o interesse pela abolição do tráfico de escravos e da escravatura, continuaram a interessar-se pelas riquezas do continente, devido ao

conhecimento que já possuíam sobre África. Essas riquezas serviriam de matéria prima para o funcionamento da sua indústria.

Deste modo, os países europeus passaram a ver as suas colónias como fonte da matéria prima para as máquinas cada vez mais aperfeiçoadas, usadas na indústria. Assim, a África passou a ser a fonte da matéria prima e a Europa o lugar de transformação desta matéria prima. Uma parte dos produtos daí resultantes regressava ao continente africano. Para além de a África ser a fonte de matéria prima da indústria europeia, também passou a ser o mercado de escoamento dos produtos dessa indústria. O interesse pelo desenvolvimento da indústria e do aumento da produção levou à promoção da mão-de-obra livre ao invés da utilização de escravos. Tudo isto exigia mão-de-obra barata; e quanto mais barata fosse a mão-de-obra, maiores eram os lucros.

Aos poucos, a abolição da escravatura foi-se alargando a todos os países europeus que possuíam colónias, tendo-se efectivado nas colónias portuguesas em 1854.



Fig. 15. Uma máquina de fiar usada pelas fábricas inglesas.

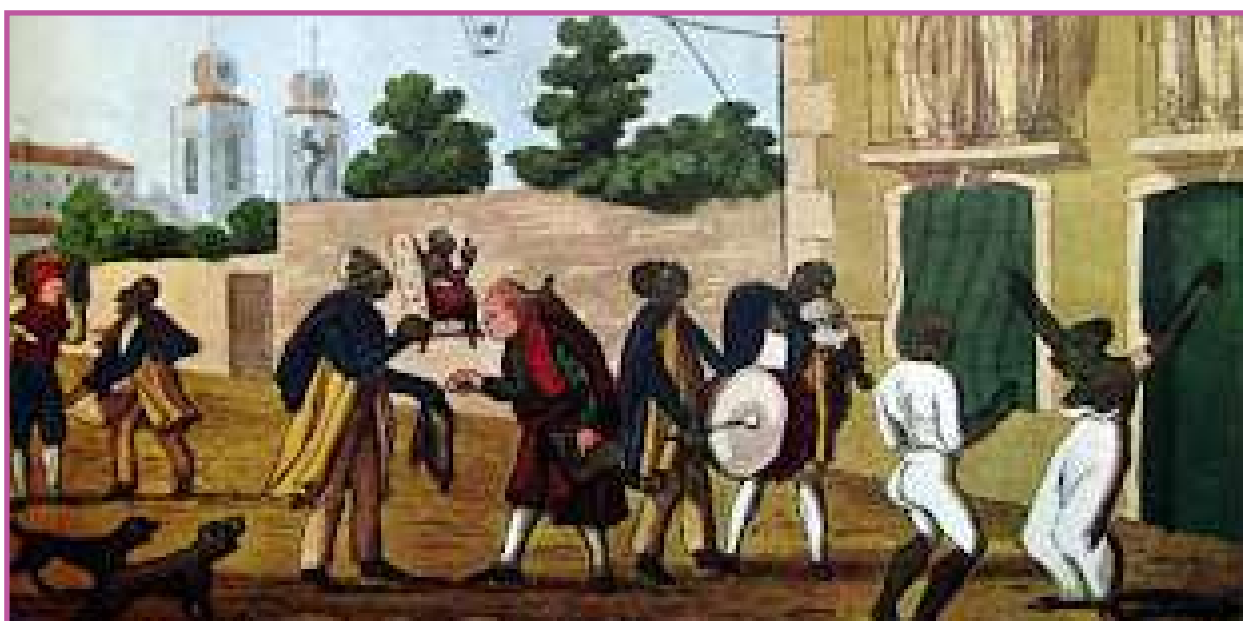


Fig. 16. Cerimónia de celebração da abolição da escravatura em Washington, nos EUA, em 1862.

! SOBRE A ÁFRICA NA ERA DO TRÁFICO DE ESCRAVOS, DEVES SABER QUE:

- O tráfico de escravos na África Ocidental teve início em 1441, pelo navegador português Antão Gonçalves.
- Este negócio tão lucrativo passou a ser monopólio dos portugueses.
- A Espanha entrou na concorrência da expansão marítima com a notícia das riquezas provenientes do Golfo da Guiné.
- Os portugueses e os espanhóis foram os pioneiros do tráfico de escravos.
- Participaram no tráfico de escravos: britânicos, franceses, portugueses, espanhóis, holandeses, dinamarqueses e outros países europeus.
- O tráfico de escravos só foi possível com a colaboração dos chefes africanos, ávidos de enriquecimento fácil.
- As populações do litoral viram-se obrigadas a procurar refúgio no interior, devido às guerras de kwata-kwata.
- A deslocação de milhares de africanos jovens para os outros continentes provocou a diminuição da população jovem e activa, que constituía a força de trabalho necessária para o desenvolvimento de África.
- Como consequência do tráfico de escravos, a África perdeu um número elevado dos seus filhos, enquanto a Europa e a América fizeram a acumulação de grandes fortunas com o trabalho dos escravos saídos de África.

RESPONDE ÀS SEGUINTE PERGUNTAS:

1. O que motivou a expansão marítima dos europeus para os outros continentes, particularmente para África?
2. Quando foram os primeiros contactos entre os portugueses e o Reino do Kongo?
3. Cita algumas consequências do tráfico de escravos.
4. Explica, por palavras tuas, o que entendes comércio triangular.



TEMA 5.

A ÉPOCA

COLONIAL EM

ÁFRICA

ESTRUTURA DO TEMA

5.1. A exploração geográfica e a conquista dos territórios africanos

5.2 A ocupação efectiva dos territórios de África

5.2.1 A Conferência de Berlim

5.3 As resistências à ocupação colonial

5.3.1. A implantação do sistema colonial

5.3.2. A administração, o controlo e a exploração da mão-de-obra africana

A ÉPOCA COLONIAL EM ÁFRICA

5.1. A exploração geográfica e a conquista dos territórios africanos

Após a abolição do tráfico de escravos, os europeus tiveram interesse em conhecer o interior do continente africano. Os mais interessados eram os ingleses, devido à invenção das máquinas industriais. Estas máquinas necessitavam de **matéria-prima**, que era muito abundante em África. Deste modo, lançaram a estratégia de conhecer, conquistar e explorar o continente.

Para materializar esta intenção, criou-se uma associação que integrava comerciantes, cientistas e humanistas denominada “**Associação para a Descoberta de África**”. Mais tarde, passou a chamar-se “**Associação Africana**”.

As primeiras viagens dessa associação foram realizadas sob tutela da bandeira inglesa.



Fig. 1. Alguns exploradores de África (da esquerda para a direita): David Livingstone, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens e Serpa Pinto.

Foram vários os exploradores interessados em conhecer o interior de África. Entre eles, podemos destacar **Livingstone, Stanley, António da Silva Porto, Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens, Alexandre Serpa Pinto e Henrique Dias de Carvalho**. Algumas cidades de Angola foram baptizadas com nomes de alguns exploradores, como exemplo a cidade de Silva Porto (actual Cuito,

capital da província do Bié), Henrique de Carvalho (actual Saurimo, Capital da Lunda-Sul), Serpa Pinto (actual Menongue, capital da província do Cuando Cubango) ou Pereira d’Eça (actual Ondjiva, capital da província do Cunene). Em alguns casos, Angola era o ponto de partida para as viagens de muitos desses exploradores.

Até finais de 1800, a África ainda era quase desconhecida, mas todas as potências europeias queriam mostrar a sua coragem e bravura, explorando o interior do continente e retirando dele as matérias-primas de que a Europa tanto necessitava para as suas indústrias.

A época em que se realizou a conquista e a ocupação colonial estendeu-se de 1880 a 1914. Foi o período em que o continente africano foi dividido, subjogado e ocupado pelas principais potências europeias naquela altura.

Essas potências tinham interesses económicos nas regiões do litoral do Atlântico e do Índico. Por esta razão, foram desencadeadas acções militares que levaram as potências à **ocupação efectiva** de territórios do continente africano.

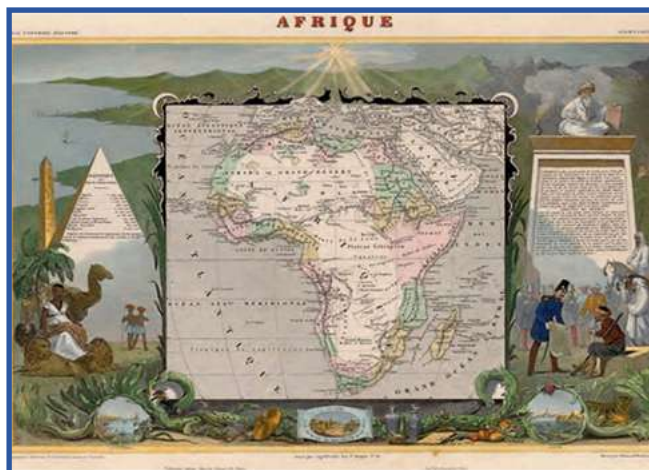


Fig. 2. Mapa de África elaborado por franceses, em 1852.

5.2. A ocupação efectiva dos territórios de África

As informações fornecidas pelos exploradores fomentaram o interesse das potências europeias, que não tardaram em lançar-se à ocupação do continente africano. Cada uma buscava ocupar a maior parte dos territórios.

A luta pela ocupação dos territórios africanos ameaçava levar a Europa a uma guerra. Esta só foi evitada graças ao talento discreto e atento do chanceler (primeiro-ministro) alemão **Otto von Bismark**, que convocou a **Conferência de Berlim** para resolver todos os conflitos sobre a conquista e a ocupação de África.



Fig. 3. A Conferência de Berlim (1884 - 1885).

5.2.1. A Conferência de Berlim

Esta conferência denominou-se Conferência de Berlim por ter sido realizada na cidade alemã com o mesmo nome. Teve o seu início a 15 de Novembro de 1884 e terminou a 23 de Fevereiro de 1885. Para se evitar conflitos entre algumas potências (Portugal, Espanha, Holanda, Itália, Suécia, Noruega, Inglaterra, França, Bélgica e outros), foi concedida ao rei Leopoldo II a administração da bacia do Rio Congo e a Portugal foi reconhecida a soberania sobre os territórios situados na margem direita do Rio Congo.

A Conferência de Berlim definiu as regras que legitimavam a ocupação efectiva dos territórios africanos em disputa.

Após a realização da Conferência de Berlim, os países europeus investiram na ocupação efectiva e na delimitação (traçado) das fronteiras das suas colónias. Até 1900 a maioria dessas fronteiras estava fixada. Assim, a África ficou dividida entre britânicos, franceses, alemães, portugueses, belgas e italianos.

A ocupação efectiva do continente africano pelas potências europeias foi feita na época em que ocorriam algumas **transformações económicas e sociais na Europa**. Estas transformações foram provocadas pela utilização de **máquinas industriais**. Os europeus precisavam de definir urgentemente o papel de África na aquisição da matéria-prima. Para o efeito, consideraram necessário ter um controlo efectivo dos territórios.

5.3. As resistências à ocupação colonial

A Conferência de Berlim contribuiu para o controlo efectivo dos territórios e para regular a concorrência entre as potências coloniais. Cada potência tinha que dar provas de controlo sobre os territórios que possuía.



Fig. 4. Tropas britânicas em campanha contra os Zulu, em 1879, na África do Sul.

Foram assinados vários **tratados bilaterais** para a delimitação do espaço que cada potência deveria ocupar, bem como as suas respectivas fronteiras. Os tratados assinados entre africanos e europeus foram apenas proveitosos para os europeus, pois utilizaram a **força como fonte de todo o direito**.

Deste modo, as potências europeias dividiram o continente africano em dezenas de colónias, o que fez com que todos os actuais países africanos ficassem dependentes deste ou daquele país europeu. Os chefes africanos viram os europeus, que tinham adquirido a sua riqueza através do comércio negroiro, como seus concorrentes rivais.

Os europeus romperam a velha aliança com os mercadores e intermediários africanos e passaram a recorrer à força para terem o direito exclusivo de comercializar os produtos africanos. Assim começa a resistência africana à penetração europeia.

O resultado de tudo isso foi uma resistência feroz por parte dos mercadores e dos chefes africanos que dominavam o comércio de escravos. Estes lutaram contra a penetração e a dominação europeia. Em resposta, os europeus trataram de destruir as bases económicas dos Estados africanos, estabelecendo uma nova forma de troca desigual e ocupando militarmente as zonas produtoras.

As resistências africanas contra a penetração europeia foram de longa duração e os Estados africanos utilizaram todos os meios ao seu alcance, mostrando o seu talento tático e estratégico, habilidade e perícia.

Em todas as regiões de África destacaram-se figuras de resistência, tais como **Shaka Zulu** (África do Sul), **Ngungunhana** (Moçambique), **Menelik II** (Etiópia), **Ekukui II**, **Mandume** e a **Rainha Njinga** (Angola), entre outros.



Fig. 5. Shaka Zulu.



Fig. 6. Njinga Mbande.



Fig. 7. Ngungunhana.

Os exércitos europeus tiveram, em toda a extensão do continente africano, algumas derrotas no campo de batalha. Essas derrotas, embora poucas, tornaram-se vitórias muito significativas para os africanos. Tais vitórias demonstraram o grau de preparação dos africanos, a sua capacidade de organização e os objectivos que pretendiam nessa luta, que eram a **conservação da independência e da soberania** dos reinos. Isto estava bem patente (visível) em todas as regiões de África. As resistências africanas duraram aproximadamente duas décadas e em algumas regiões, três décadas (1880–1914). Houve casos particulares que se estenderam até 1917.

Os reinos africanos tinham o propósito de defender a sua **soberania**. Por isso, se registaram iniciativas de **confrontos directos** contra os invasores. Por vezes, esses confrontos directos eram realizados com base na **aliança entre reinos** para combater o invasor.

Entretanto, também houve momentos em que a aliança era feita com os invasores para serem protegidos de outros inimigos, que podiam ser europeus ou outros reinos africanos. As alianças entre os invasores europeus e os reinos africanos resultavam, por vezes, em **protectorados**.

Apesar das estratégias usadas pelos reinos africanos com a finalidade de defender a sua soberania, a supremacia militar dos invasores e, por vezes, a traição de alguns africanos remetia os africanos à condição de vencidos, o que resultava na sua **submissão**. Essa submissão generalizou-se no continente africano, o que permitiu aos invasores europeus implantar o sistema colonial.

5.3.1. A implantação do sistema colonial

Apesar de existirem ainda alguns focos de resistência, o continente africano foi motivo de negociações. Os europeus envolveram-se numa série de conversações multilaterais para definir as suas posições e gerir o processo de colonização.

O período colonial pode dividir-se em quatro épocas distintas, que vão de 1880 a 1960:

- O primeiro período foi o da **invasão e conquista**, que durou até 1900;
- O segundo período foi o da **instalação do sistema colonial** e o da **destruição final** das resistências africanas. Prolongou-se até 1920 em algumas colónias;
- O terceiro período foi o **período central do domínio colonial**. Estendeu-se até 1950, embora houvesse algumas excepções;
- O quarto período foi aquele em que uma **nova forma de resistência política africana** ocupou o centro das atenções. Isto começou a acontecer por volta de 1950. Esta nova forma de resistência política chamou-se **nacionalismo**. Era um nacionalismo orientado para a recuperação da independência africana.

Os sistemas coloniais foram diferentes porque cada potência europeia tinha os seus métodos de domínio. Contudo, todos os sistemas assentavam em duas regras básicas:

- A primeira determinava que os **interesses dos europeus tinham sempre prioridade sobre os interesses dos africanos**;
- A segunda regra ditava que **as colónias existiam para dar lucros aos seus possuidores – os europeus**. Portanto, o sistema colonial foi concebido para dar à Europa matéria-prima a baixo preço, em troca de mercadorias que a Europa manufacturava.

5.3.2. A administração, o controlo e a exploração da mão-de-obra africana

Os colonialistas europeus utilizaram dois tipos de administração nas colónias africanas: a administração directa e a administração indirecta. A administração directa foi exercida nos territórios tomados pela força. Este tipo de administração foi o utilizado nas colónias portuguesas. Na administração directa, os funcionários da metrópole substituíram as autoridades locais e algumas destas, alguns sobas em particular, tornaram-se funcionários da administração colonial. Neste modelo, os Governadores Gerais tinham poderes delegados de decisão.

A administração indirecta foi aquela utilizada nos territórios ocupados pelas potências europeias através de tratados assinados com os chefes africanos,



Fig. 8. A 5ª Companhia de Caçadores Indígenas, (tropas nativas) ao serviço do exército colonial português em Angola.

como aconteceu nas colónias francesas e britânicas. Porém, muitas colónias de administração indirecta, passaram depois a ter administração directa, como foi o caso do Zimbabwe. A administração indirecta era o modelo político-administrativo em que o poder colonial foi exercido com a participação dos africanos e das suas instituições.

O sistema colonial em África actuava como se a terra pertencesse aos europeus. Os colonialistas cometiam todo o tipo de abusos contra o povo. Se uma determinada área fosse necessária para construir cidades, plantações dos colonos ou para exploração mineira, as populações que lá viviam eram retiradas à força.

As melhores terras eram ocupadas pelos governantes e pelos colonos, e as populações africanas eram obrigadas a viver nas terras pobres. A atitude colonial confrontava-se com os hábitos dos africanos, no que diz respeito ao **uso da terra** e de **propriedade**. Foi imposto um sistema de leis para dominar e explorar as populações que veio destruir toda a estrutura sócio-política e cultural das sociedades africanas já existentes. Em sua substituição foi imposta a cultura do colonizador. Uma forte oposição africana resistiu ao modelo imposto pelo colonizador, mas os africanos acabaram por ser submetidos.



Fig. 9. Angolanos capturados pelo exército colonial português durante as revoltas no Huambo, em 1897–98.

A resistência dos africanos foi tomando várias formas e evoluiu à medida que se intensificavam a repressão e a exploração coloniais.

Cada potência explorava as colónias a que tinha direito no campo político, administrativo, económico e social para exercer um controlo efectivo sobre a população e aumentar os seus rendimentos.

Em Angola, o **Governador** do Distrito orientava os Chefes de Posto que estavam sob sua tutela.

O governador era o factor determinante deste regime, que tinha como objectivo oprimir e explorar o povo africano. Ainda assim, os governadores das colónias não conseguiam controlar as populações sozinhos. Então, tiveram que recorrer aos antigos chefes locais para os ajudar. Estes chefes locais chamavam-se Regedores e **Sobas**. Havia também os **cipaios** – estes eram agentes que reprimiam o povo e ajudavam os administradores, os regedores e os sobas.



Fig. 10. Fotografia de um soba angolano na década de 1940.

Os regedores e os sobas tinham a obrigação de:

- Cobrar impostos aos indígenas;
- Recrutar trabalhadores para o contrato nas minas e nas plantações.

Apesar do desempenho dessas funções, o Soba, ou Regedor, não era considerado um trabalhador do regime colonial e por isso não era pago. Mas ele cobrava uma taxa por cada trabalhador que regressava do contrato e recebia também uma quantia para cada problema que resolvia na comunidade. Portanto, ele era um aliado do aparelho de exploração colonial. A maior parte da população indígena não tinha nenhum direito cívico e sofria a repressão colonial.

A economia

A agricultura

Na economia colonial vigorava o sistema de plantações de diversas culturas destinadas ao **mercado externo**, como o **algodão**, o **sisal**, a **cana-de-açúcar**, o **café**, o **tabaco** e outros. O sistema de cultivo implicava a utilização de um grande número de pessoas em todas as tarefas, como na plantação, na sacha, no corte, na colheita, na extracção mineira e no transporte desses para as fábricas, em suma, em todo o processo industrial. Todo este processo dependia muito da mão-de-obra barata que o governo colonial conseguia, através da criação de leis que instituíam o trabalho forçado ou o contrato. O trabalho forçado não se limitava apenas às grandes plantações e às roças dos colonos. Era também utilizado para a construção de obras públicas, como pontes, estradas, caminhos-de-ferro e outras.

Havia um controlo rigoroso da força de trabalho. O recenseamento colonial e a lei do porte de **caderneta indígena** passaram a constituir os principais elementos do controlo de pagamento dos impostos e do trabalho forçado.

A actividade mineira

Embora Portugal fosse o país colonizador, não exerceu a actividade mineira em Angola como era o seu desejo, pois não possuía meios para o desenvolvimento da indústria. Por esta razão, permitiu que as outras potências investissem o seu capital financeiro.

Foi assim que as grandes companhias estrangeiras como a **Cotonang**, a **Diamang**, a **Cabinda Gulf** ou o **Caminho-de-Ferro de Benguela** desenvolveram as suas actividades na produção de matéria-prima como os **diamantes**, o **cobre**, o **ferro**, o **manganês** e o **petróleo**.

O governo colonial português fornecia mão-de-obra gratuita e recebia uma percentagem mínima dos rendimentos. Esta foi a época de maior exploração das riquezas em Angola.



Fig. 11. Exploração de diamantes pela Diamang, na Lunda-Norte.

Tanto as companhias estrangeiras como o governo colonial português exploravam a mão-de-obra africana de várias formas:

- Utilização do trabalho forçado nas plantações e no transporte de mercadorias;
- Cobrança de impostos;
- Construção de estradas, pontes, caminhos-de-ferro, telégrafos e outros;
- Exploração dos recursos minerais e pesqueiros.



Conferência de Berlim: a partilha da África.

TEMA 6.

A LUTA PELAS INDEPENDÊNCIAS DOS PAÍSES AFRICANOS

ESTRUTURA DO TEMA

- 6.1. O surgimento do nacionalismo em África
 - 6.1.1. O nascimento de novos Estados
 - 6.1.2. Os primeiros países africanos independentes
- 6.2. Os Movimentos Nacionais de Libertação das Colónias Europeias
 - 6.2.1. Novos Estados na África Austral
 - 6.2.2 O *Apartheid* na África do Sul

A LUTA PELAS INDEPENDÊNCIAS DOS PAÍSES AFRICANOS

Os povos africanos nunca aceitaram a dominação colonial, por isso a sua revolta foi crescendo de dia para dia. A resistência dos africanos assumiu diversas formas, tais como: a **recusa do pagamento de impostos**, a **destruição de máquinas** e de outros instrumentos de trabalho, as **greves** e a **formação de movimentos políticos** para lutar contra o colonialismo.

Nas fábricas, nos portos e nos caminhos-de-ferro, nas plantações, nas minas e nas serrações, os camponeses e operários paralisavam o trabalho e faziam greves para protestar contra as más condições de trabalho, os baixos salários e a má alimentação.

Apresentamos alguns heróis da resistência à ocupação colonial em África, nomeadamente:

Ngungunhana, em Moçambique, na África Oriental.

Shaka Zulu, da África do Sul.

Hluibi Langalibele, Lesotho, África do Sul.

Hendrik Witbooi, chefe da resistência contra os alemães na actual Namíbia.

Samory Touré, dirigiu a resistência na África Ocidental.



Fig. 1. Alamy Samory Touré, um herói da resistência contra os colonizadores franceses, na África Ocidental.

A princípio, muitas dessas formas de luta foram isoladas, não planificadas e duravam pouco tempo, porque o colonizador actuava duramente, por possuir armamento mais forte e acabava por controlar a situação.

Apesar disso, em toda a parte do continente começaram a surgir africanos que formavam grupos para continuar a luta dos seus antepassados. Alguns desses grupos surgiram entre 1930 e 1950.

6.1. O surgimento do nacionalismo em África

Alguns africanos haviam conquistado um estatuto que lhes permitia inscrever os seus filhos no sistema de Ensino-Aprendizagem. Os filhos, por sua vez, atingiam o ensino secundário, ou, ainda, o equivalente ao Ensino feito no liceu, o que resultou no aumento dos conhecimentos. Com isto, começaram a criar algumas organizações que encontraram várias formas de expressar as contradições e os conflitos entre colonizadores e os colonizados. Em Angola, por exemplo, surgiram várias agremiações de natureza cívica e cultural que, em larga medida, contribuíram para a formação do moderno nacionalismo angolano. Em 1912, ocorre a criação da “Liga Angolana que mais tarde deu origem à Liga Nacional Angolana, bem como, em 1913, a fundação do Grémio Africano, mais tarde denominado Associação Regional dos Naturais de Angola. (...) Em 1931 fundiram-se estas duas organizações sob o nome de Movimento Nacionalista Africano”¹

1) Gonçalves, António Custódio - Identidades culturais e emergência do nacionalismo angolano - AFRI-CANA STUDIA, N.º 2.1999. Edição da Fundação Eng. António de Almeida pp 47-60.



Fig. 2. Membros da Casa de Estudantes do Império.

A par destas associações, em “Luanda foi oficialmente criada, a 17 de Julho de 1930 e, posteriormente, legalizada através da publicação dos seus estatutos no Boletim Oficial, 2ª série, de 29 de Julho de 1930, a Liga Nacional Africana (LNA), herdeira das ideias da Liga Africana (...). Já a ANANGOLA, criada sensivelmente na mesma altura da Liga Nacional Africana, era herdeira do Grémio Africano, uma associação de carácter recreativo, artístico e científico, que apareceu em Lisboa sob a iniciativa de “naturais pertencentes ... à Raça Africana”². Regista-se igualmente em Luanda, 1947, o surgimento do Movimento dos Jovens Intelectuais de Angola sob o lema “Vamos Descobrir Angola”. Entretanto, para lá das associações criadas nas próprias colónias surgiram várias associações de africanos em Portugal, dentre as quais a JDDA, Junta de Defesa dos Direitos de África, criada em 1912, que era uma federação de associações criada por um grupo de intelectuais, maioritariamente angolanos, santomenses e cabo-verdianos. “No segundo decénio do século



Fig. 3. Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa.



Fig. 4. Sede da Liga Nacional Africana, em Luanda, construída entre 1947 e 1953.

2) Zau, Filipe - Marítimos Africanos e um Clube com História - Universitária Editora - Lisboa - 2005 pp 73.



Fig. 5. Compilação de exemplares da Revista Mensagem, publicados pela CEI.

XX, surgiam duas outras associações de africanos em Lisboa: - A Liga Africana, em 1920, que se assumia como uma continuadora da JDDA; - O Partido Nacional Africano (PNA) que, em 1921, se apresentava como o representante dos povos das colónias portuguesas em África e como partido aglutinador para a união dos povos africanos.”³ Da actividade de cunho associativo e nacionalista desenvolvida na Europa, no caso em Portugal, toma relevo a desenvolvida pelos estudantes das colónias concentrados na Casa dos Estudantes do Império, instituição criada pelo regime colonial e que reunia todos os estudantes das suas colónias para melhor controlo. Entretanto, os estudantes africanos aproveitaram-se desta forma de organização e aumentaram a sua consciência política, assim como criaram outras formas de organização, para além de

buscarem contactos com outros países do continente para apoio à causa que eles defendiam. É, posteriormente, no seio da CEI, que surgem, em Lisboa, duas organizações clandestinas de luta anti-fascista e anti-colonialista, respectivamente em 1957 e 1959, o MAC – Movimento Anti-Colonial e o MEA - Movimento de Estudantes Angolanos.

Muitos dirigentes desses movimentos contactaram os governos coloniais, pedindo maior liberdade e melhores condições de vida para o seu povo, mas as suas reivindicações foram respondidas com repressão de nível elevado e prisão. Quando o povo se manifestava contra as atitudes dos colonialistas, os governadores chamavam as tropas e estas disparavam indiscriminadamente contra o povo.

Eis alguns nomes de nacionalistas que pertenceram a estas organizações:

Agostinho Neto, Lúcio Lara, Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Francisco José Tenreiro, Marcelino dos Santos, Gentil Edmundo Rocha, Paulo Jorge, António Tomás Me-deiros, Fernando Costa Andrade, Daniel Chipenda. A estes junta-se os nomes de alguns dos impulsionadores da Secção Cultural da CEI, Carlos Ervedosa e Fernando Mourão (este último brasileiro), que levou a cabo publicações de obras de uma plêiade de bons escritores originários das colónias portuguesas, que muito contribuíram para o nacionalismo, dos quais destacamos, dentre outros, Alda Lara, Corsino Fortes, Ernesto Lara Filho, Gabriel Mariano, Viriato da Cruz, Alda do Espírito Santo, Luandino Vieira, José Craveirinha.

A par das associações cívicas e culturais, tomam igualmente relevo na formação do nacionalismo angolano, agremiações recreativas e desportivas e grupos culturais. “A pequena classe média participa, sobretudo, do lado recrea-

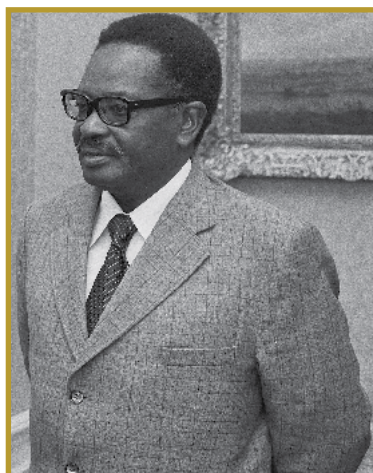


Fig. 6. Agostinho Neto.



Fig. 7. Amílcar Cabral.

3) Zau, Filipe - Obra citada. pp 70.

tivo dos clubes desportivos ou se junta em datas comemorativas em casas de famílias com mais recursos. As camadas de baixa renda, habitantes dos muceques, convergem neste plano para clubes ou espaços do Bairro Operário, onde por vezes surgem pequenas bandas locais e (...) conjuntos depois muito reputados, como o Ngola Ritmos (...)”⁴. A estes juntam-se grupos como o Escola do Semba, extinto pela P.I.D.E em 1959 e o Grupo Santa Cecília. “Com incidência nas diversas afirmações de angolanidade – inclusive na própria diversidade de definições, umas mais racializadas, outras menos - o Clube Atlético de Luanda era o mais visível” onde se constatam “resistências em pequenos detalhes do quotidiano por parte de sócios, dirigentes ou atletas do clube, entre os quais, um pequeno grupo, ou até a nível individual, agia politicamente com muita precaução, mas eficaz nos seus círculos de relacionamento. (...) Nos muceques de Luanda, vários clubes existem, estão em formação ou marcam presenças efémeras. O Botafogo (ou Bota Fogo) ganharia relevo histórico por ser local de reuniões nacionalistas clandestinas (...)”⁵.

Os povos africanos começaram com a **luta armada de libertação** nos seus países e ,desde o início, quase todos os países africanos apoiaram a causa. Alguns deles evidenciaram-se nesse apoio, a exemplo do Ex. Congo Belga, da Zâmbia, e da Tanzânia, entre outros. Em Angola, a luta armada teve início a 4 de Fevereiro de 1961.

Contudo, a independência dos países africanos, teve início a partir da década de 1960, uma vez que foi nesta época que as lutas se desenvolveram com maior intensidade e, deste modo, muitos países tornaram-se independentes.

Na região austral do continente africano, alguns países que eram colónias da Inglaterra tornaram-se independentes nessa época e outros em vias de se tornarem independentes.

O governo da Inglaterra teve que aceitar a ideia de que os povos desses países tinham o direito à independência. Por isso, através de vários acordos, esses países conseguiram a sua liberdade e a sua auto-determinação.

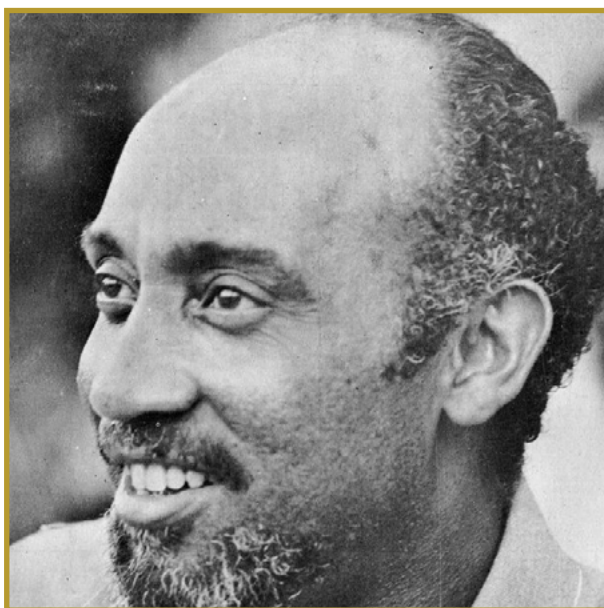


Fig. 8. Marcelino dos Santos.



Fig. 9. Alda do Espírito Santo.

4) Gonçalves, Jonuel José - 1943 em Angola - Revista Perspectivas do Desenvolvimento RPD, 2013 1ª Edição, Nº 1.

5) Idem.

O mesmo aconteceu com as colônias francesas. Entretanto, a diferença foi que, com essas ex-colônias, a França assinou um acordo para o seu domínio

Porém, o governo colonial português não aceitava a ideia de realizar acordos para concessão do direito à independência das suas colônias. Foi por esta razão que as colônias portuguesas foram as últimas a conquistar a sua independência, que só foi possível através de uma luta árdua que durou até à segunda metade do século XX.

6.1.1.O nascimento de novos Estados

A partir de 1910, os povos africanos viveram acontecimentos que marcaram a história do seu continente. Durante a Primeira Guerra Mundial, muitos africanos apoiaram e beneficiaram os colonialistas europeus. Foi a partir deste acontecimento que o presidente dos Estados Unidos da América, Thomas Woodrow Wilson (1856-1924), começou a pensar na sua declaração humanista, que anunciava a libertação dos povos.

A luta anticolonial começou a partir da II Guerra Mundial (1939-1945). De um modo geral, foi menos violenta nas colônias inglesas e mais violenta nas colônias francesas e portuguesas. É assim que a nível do continente africano foram-se registando revoltas contra o sistema colonial europeu nas décadas de 1930 e 1940.

Essas revoltas tiveram várias razões, como a exploração, a discriminação e a dominação colonialista secular. Por exemplo, nos territórios da Nigéria, da Costa do Ouro (Ghana) e da Serra Leoa realizaram-se, na década de 1940, diversas manifestações anticoloniais contra os Britânicos. Nem sempre essas manifestações eram bem sucedidas. Por vezes, os manifestantes africanos eram apanhados pelos colonos europeus e levados para as cadeias, onde eram torturados ou mortos.

6.1.2.Os primeiros países africanos independentes

No período entre 1950 e 1960, o continente africano foi marcado pelo surgimento de alguns Estados independentes que outrora eram territórios colonizados pelos países europeus.

Alguns países de África, situados na região do Norte e do Ocidente, tornaram-se independentes na década de 50, nomeadamente a **Líbia**, que alcançou a sua independência a 24 de Dezembro de 1951; o **Sudão**, a 1 de Janeiro de 1956; **Marrocos**, a 2 de



Fig. 10. O Monumento da Libertação em Lusaka, na Zâmbia, país que conquistou a independência em 24 de Outubro de 1964.



Fig. 11. Populares aprisionados por militares ingleses durante a sublevação Mau-Mau no Quênia, em 1952-1960.

Março de 1956; e a **Tunísia**, a 20 de Março de 1956. **O Ghana**, que conquistou a sua independência a 6 de Março de 1957, tornou-se no primeiro Estado independente da África Subsaariana. A **Guiné-Conakry** proclamou a sua independência a 2 de Outubro de 1958 e tornou-se no segundo Estado independente da África Subsaariana. Entretanto, é importante dizer que nenhum país africano obteve a sua independência como “presente” dos colonialistas. Quer dizer que cada país conquistou a sua independência com muita luta, muito sacrifício e muita fé.

Com a proclamação da independência desses seis países na década de 50, os demais povos sentiram-se impulsionados a levar adiante as suas lutas anticoloniais e na década de 1960 iniciaram as suas acções por meio da constituição de movimentos de libertação em quase todo o continente africano.

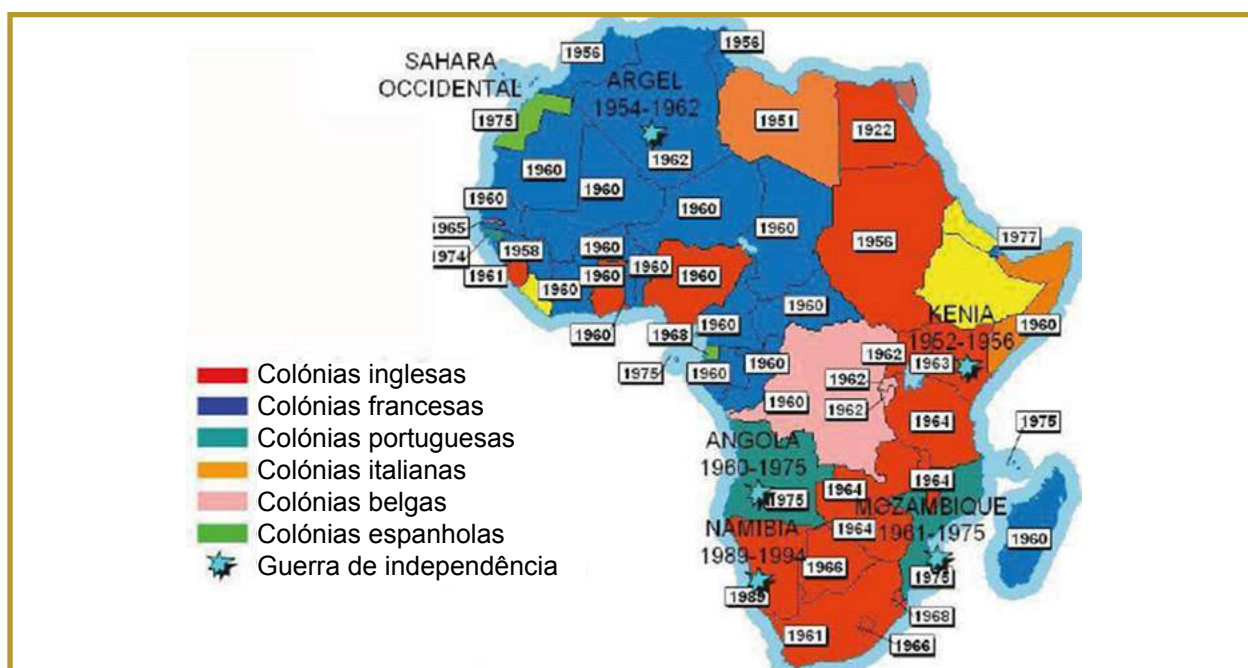


Fig. 12. Anos das independências africanas.

6.1.3.O ano de África

O ano de 1960 foi considerado como um ano de sucesso para o continente africano, pelo facto de 17 territórios africanos terem conquistado as suas independências do então regime colonial.

| País | Data de independência | Observação |
|--------------------|-----------------------|---------------------------------------|
| Alto-Volta | 5 de Agosto de 1960 | Actual Burkina Faso |
| Camarões | 1 de Janeiro de 1960 | |
| Congo-Brazzavile | 15 de Agosto de 1960 | Actual República do Congo |
| Congo-Léopoldville | 30 de Junho de 1960 | Actual República Democrática do Congo |
| Costa do Marfim | 7 de Agosto de 1960 | |
| Daomé | 1 de Agosto de 1960 | Actual Benin |

A LUTA PELAS INDEPENDÊNCIAS DOS PAÍSES AFRICANOS

| | | |
|---------------------------|------------------------|--|
| Gabão | 17 de Agosto de 1960 | |
| Madagáscar | 20 de Junho de 1960 | |
| Mali | 20 de Junho de 1960 | |
| Mauritânia | 28 de Novembro de 1960 | |
| Níger | 3 de Agosto de 1960 | |
| República Centro-Africana | 12 de Agosto de 1960 | |
| Nigéria | 1 de Outubro de 1960 | |
| Senegal | 20 de Junho de 1960 | |
| Somália | 1 de Julho de 1960 | |
| Tchad | 11 de Agosto de 1960 | |
| Togo | 27 de Abril de 1960 | |

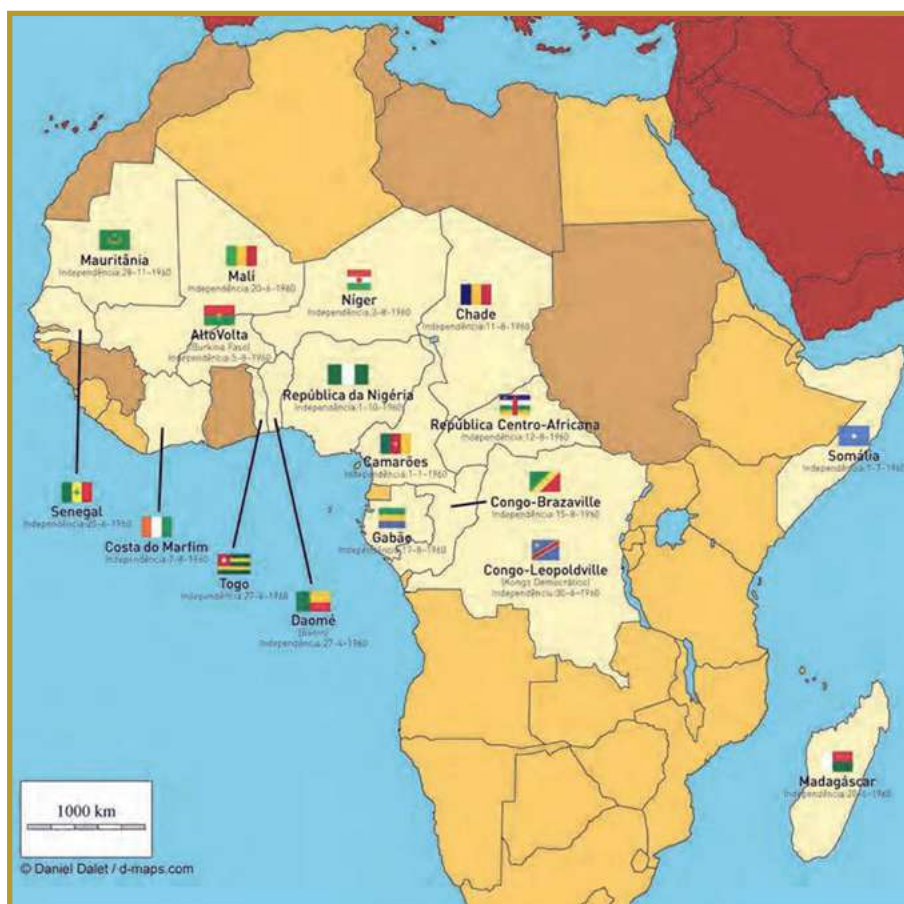


Fig. 13. As dezassete nações africanas que conquistaram a independência em 1960.

Os líderes dos movimentos de libertação desses Estados desempenharam um grande papel no processo da luta de libertação de África. Destacam-se Kwame Nkrumah, do Ghana, Sekou Touré, da Guiné-Conakry e Patrice Lumumba, do Congo-Léopoldville, e tantos outros.

A proclamação da independência constituiu o resultado de um desenvolvimento político interno dos países africanos e das relações com os outros países do mundo. Cada

país escolheu o seu caminho de desenvolvimento social. Alguns decidiram optar pela via socialista, enquanto outros pela via capitalista.

SABIAS QUE...

O ano de 1960 foi universalmente considerado o “Ano de África” pelo facto de dezasseis territórios africanos, outrora colónias das potências europeias, se terem tornado Repúblicas e Estados independentes.



Fig. 14. Patrice Lumumba, líder da luta anticolonial e político do Congo-Léopoldville (1925-1961).

Depois de proclamada a independência em vários países africanos, notou-se que a África se distinguia por um grande conjunto de tribos, povoações e Estados.

De 23 a 25 de Maio de 1963, realizou-se em Addis-Abeba, na capital da Etiópia, uma Conferência de Chefes de Estado e de governo dos países recentemente independentes de África. Nesta reunião, Kwame Nkrumah, então Presidente do Ghana, foi o promotor das ideias de unidade e de solidariedade entre todos os africanos.

A agenda de trabalho da conferência tratava a questão da unidade africana e o respeito integral das fronteiras herdadas do sistema colonial europeu. Foi desta forma que nasceu a Organização de Unidade Africana – OUA, que evoluiu, em 9 de Julho de 2002, para União Africana – UA. Por esta razão se comemora em todo o continente o dia de África, no dia 25 de Maio.

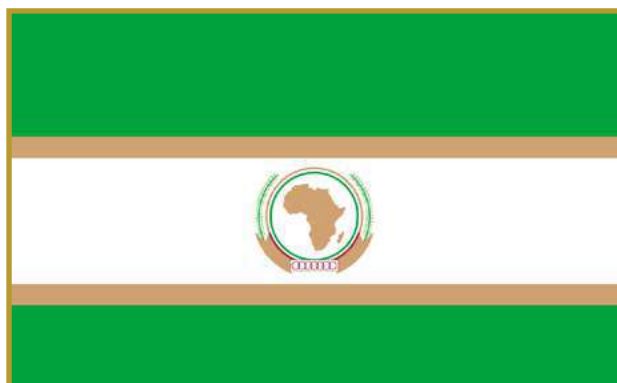


Fig. 15. Bandeira da Organização da Unidade Africana (OUA).



Fig. 16. Bandeira da União Africana (UA).

SABIAS QUE...

As fronteiras actuais dos países africanos foram delimitadas pelas potências europeias no período 1884-1885, quando os colonialistas decidiram, na Conferência de Berlim, a forma de partilhar os territórios africanos, de acordo com os seus interesses.

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)

O grupo PALOP foi criado em 1979 em Conferência de Chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. O mesmo foi formado com o objectivo de se criar um espaço de cooperação Político-Diplomática e de Solidariedade. Importa precisar que no período de Luta pela Libertação desses países, os movimentos de libertação já tinham relações de amizade e de solidariedade, onde o espírito de entreajuda era de nível elevado, pois, todos buscavam libertar-se do mesmo sistema colonial levado a cabo por Portugal, através do seu regime fascista ditatorial que vigorou até 25 de Abril de 1974, altura em que se deu a Revolução dos Cravos.

Já no período de luta pela independência, havia reuniões que eram realizadas de forma conjunta entre os movimentos, em busca de caminhos convergentes para a independência. É o caso da Conferência das Organizações Nacionais de Libertação das Colónias Portuguesas (CONCP), realizada em 1961, sob os auspícios do Rei Hassan II, em Casablanca, Marrocos. Esta conferência foi criada por iniciativa do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e da Liga de Goa. Entretanto, estiveram presentes nessa conferência, para além do MPLA, do PAIGC e da Liga de Goa, a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) e o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP).

A CONCP permitiu que os movimentos nacionalistas tivessem um fórum de discussão que os levasse à coordenação política entre os mesmos. Foi desta forma que os movimentos integrantes da CONCP participaram, de forma conjunta, em reuniões internacionais. Um dos grandes sucessos da CONCP na luta anticolonial, foi a realização de um encontro dos líderes dos movimentos nacionalistas com Sua Santidade o Papa Paulo VI, em Roma, em 1970. Portanto, os PALOP têm por tradição a cooperação e a solidariedade.

Na sua organização, os PALOP são apoiados, de acordo com os estatutos, por um Secretariado e reúnem-se ao mais Alto Nível em Cimeira de Chefes de Estado.

A Conferência de Chefes de Estado é apoiada pelo Conselho de Ministros e este, por sua vez, pelas Reuniões dos Pontos Focais.



Fig. 17. Conferência CONCP, em Casablanca, 1961. Fonte: BNP.



Fig. 18. Países que constituíam o Grupo PALOP.

A partir de 15 de Junho de 2014, a Cimeira do grupo dos PALOP passou a ser designada por Fórum dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa ou simplesmente FÓRUM PALOP. Trata-se de um FÓRUM multilateral privilegiado para:

- a concertação político-diplomática e de cooperação;
- o aprofundamento das relações históricas de solidariedade e de amizade;
- a promoção da cooperação em todos os domínios, com vista ao desenvolvimento sustentável e ao combate à pobreza;
- a promoção dos princípios democráticos e do Estado de Direito;
- a partilha da mesma língua e cultura.

O FÓRUM PALOP tem vindo a crescer e a 27 de Abril de 2021, em Luanda, foi admitido a Membro de Pleno Direito, a República da Guiné Equatorial, enquanto a República Democrática de Timor-Leste foi admitida a Membro Observador. A sede dos PALOP é definida pela Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo e é atribuída ao Estado-Membro que assume a Presidência rotativa. Uma das decisões tomadas nesta última Cimeira é a escrita da História dos PALOP.

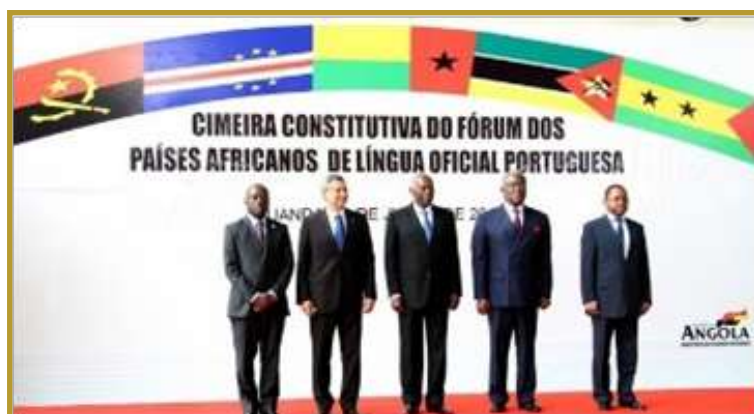


Fig. 19. Cimeira Constitutiva do FÓRUM PALOP, Luanda, 2014.



Fig. 20. Logótipo da Cimeira realizada a 27 de Abril de 2021.

6.2. Os Movimentos Nacionais de Libertação das Colónias Europeias

Depois da Segunda Guerra Mundial (1939–1945), os africanos tomaram a decisão de combater o poder colonial nos seus próprios países, conforme dissemos antes. Esses africanos dificilmente abandonavam o estatuto de indígena porque não possuíam ainda a cultura e os hábitos dos colonialistas europeus. Nas colónias portuguesas, os assimilados acabaram por ganhar consciência de que eram também filhos de África e criaram, na década de 1950, numerosas organizações nacionalistas, que desencadearam várias formas de luta, com vista a conquistar a liberdade.

Angola

A partir da década de 1950, começaram a surgir as primeiras organizações nacionalistas angolanas, que eram movimentos com ideais independentistas.

Em 1954, foi criado no Norte de Angola a UPNA (União dos Povos do Norte de Angola), passando a ter depois a denominação de UPA (União dos Povos de Angola). Em 1962, com a fusão da UPA e do PDA, criou-se a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola).

Este movimento iniciou a sua luta armada na região do norte de Angola, nomeadamente no Distrito de Carmona, (Uíge), cuja capital tinha igualmente o nome de Carmona e no Distrito do Zaire, cuja capital era São Salvador do Congo (Mbanza Kongo), com extensão para sul, na actual província do Bengo. A sua primeira manifestação foi através de ataques às fazendas de café, porém, estendeu-se, mais tarde, às grandes cidades. A FNLA teve como retaguarda de luta o Ex-Congo Belga (actual República Democrática do Congo), liderado na altura pelo presidente Joseph Kasa-Vubu, (1960-1965) e posteriormente pelo general Joseph Mobutu (1965-1996). A FNLA era liderada por Álvaro Holden Roberto.

Em 1956, surge o Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA). Em 10 de Dezembro desse mesmo ano, um grupo de patriotas angolanos deu a conhecer e circulava um documento a que foi dado o nome de Manifesto. Este documento apelava à criação de um amplo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Com as acções de luta, a geração nacionalista tomava consciência para a luta armada e para a liberdade e criava ainda outras organizações, nomeadamente: em 1958, o Movimento para a Independência de Angola (MIA), e em 1959, o Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA). A fusão dessas organizações políticas, PLUAA, MIA, MINA e do embrião do efémero Partido Comunista de Angola deu origem ao MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola cuja presidência viria a ser assumida pelo Dr. António Agostinho, eleito durante a Conferência Nacional do Movimento, realizada no final de 1962.

Em 1966, surge o movimento denominado UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), fundado por Jonas Malheiro Sidónio Savimbi. Jonas Malheiro Savimbi havia sido ex-ministro das Relações Exteriores do GRAE (Governo Revolucionário de Angolano Exílio, sediado em Kinshasa), e descendente da FNLA.

Os três movimentos, FNLA (1954), MPLA (1956) e UNITA (1966), levaram a cabo a luta armada para a conquista da independência do país. A estratégia foi realizar a pressão no interior de Angola com os guerrilheiros, enquanto no exterior se buscava apoio à luta pela independência, tanto nos países africanos que já se encontravam independentes (Argélia, Marrocos Tanzânia, República Demo-

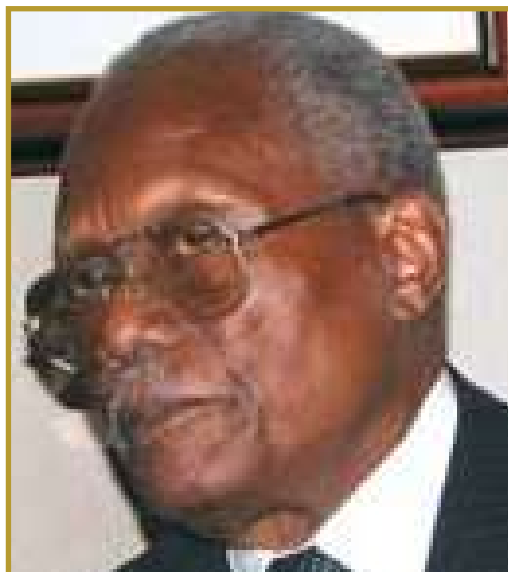


Fig. 21. Álvaro Holden Roberto (1923-2007).



Fig. 22. António Agostinho Neto (1922-1979).



Fig. 23. Jonas Malheiro Sidónio Savimbi (1934-2002).

crática do Congo), como nos países progressistas da Europa (Itália, França, Rússia, Suíça...) ou ainda nos países da América (Cuba e Estados Unidos da América) e em outros países africanos que se encontravam sob dominação colonial portuguesa.

Após o Golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, em Portugal, foram reconhecidos os três movimentos de libertação que lutaram pela independência de Angola, a FNLA, o MPLA e a UNITA. Esses movimentos começaram a fazer campanhas de sensibilização, preparando o povo para a independência. Isso fez com que alguns meses depois se estabelecesse a data de negociações que culminaram nos acordos de Alvor.

Essas negociações permitiram a marcação da data da proclamação da Independência de Angola para o dia 11 de Novembro de 1975, proclamada por António Agostinho Neto, que se tornou assim o primeiro presidente da República de Angola, então chamada República Popular de Angola.



Fig. 24. António Agostinho Neto, primeiro presidente de Angola, a proferir o discurso de Proclamação da Independência do país.



Fig. 25. Os líderes dos três Movimentos de Libertação Nacional de Angola (da esquerda para a direita): Álvaro Holden Roberto (FNLA), António Agostinho Neto (MPLA) e Jonas Malheiro Sidónio Savimbi (UNITA).

? VÊ SE SABES..

1. Quais foram os movimentos de libertação de Angola?
2. Descreve algumas datas históricas do nosso país e a importância de cada uma delas, conforme o exemplo.

| Data histórica | Descrição da data | Importância da data |
|------------------------|--|---|
| 4 de Fevereiro de 1961 | Nesta data teve início a luta armada de libertação nacional. | Foi o ponto de partida para a luta armada de resistência à colonização de Angola e que permitiu chegar à independência. |

3. Diz por palavras tuas quais foram os benefícios das independências dos países africanos. Organiza o teu texto da seguinte forma: introdução, desenvolvimento e conclusão.

Guiné-Bissau e Cabo Verde

SABIAS QUE...

Cabo Verde é um arquipélago de origem vulcânica, constituído por algumas ilhas montanhosas e sem rios permanentes. O cabo propriamente dito, (parte do continente que entra no mar) e que está associado ao nome de Cabo Verde encontra-se a uma distância de aproximadamente 500Km da costa da República do Senegal. Recorde-se que em África existem três principais cabos, nomeadamente: o Cabo Verde, o Cabo da Boa Esperança (África do Sul) e o Cabo de Guarda Fui (Somália).



Fig. 26. Amílcar Cabral.
(1924 - 1973)

Depois do seu regresso à Guiné Bissau, em Setembro de 1956, Amílcar Cabral funda clandestinamente o Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC), em Bissau. Em 1959, este partido organizou a primeira greve de trabalhadores, que foi reprimida pelos portugueses. Este facto deu lugar, a 23 de Janeiro de 1963, ao começo da Luta Armada de Libertação Nacional no sul do país, que posteriormente se estendeu a outras áreas do território.

A 20 de Janeiro de 1973, o líder do partido PAIGC é assassinado em Conacry, capital da Guiné Conacry. O II Congresso do Partido, realizado de 18 a 23 de Julho, elegeu por unanimidade Aristides Pereira para o cargo de Secretário-Geral do partido.



Fig. 27. Aristides Pereira.
(1923 - 1991)

Na sua Assembleia Nacional Popular, realizada a 24 de Setembro do mesmo ano (1973), ainda no Maqui, foi proclamada unilateralmente a independência e eleito Luís Cabral como Presidente do Conselho de Estado.

Entretanto, verifica-se o aumento da luta de libertação contra o exército português e o reconhecimento da República da Guiné-Bissau por parte de outros países. Portugal reconhece a independência da Guiné-Bissau a 26 de Agosto de 1974.

A fusão entre as tendências dos dois países que haviam lutado no âmbito do PAIGC estava longe de se efectuar, e a 14 de Novembro de 1980 dá-se um Golpe de Estado dirigido por João Bernardo Vieira (Nino Vieira), que tinha sido o chefe militar durante a guerra de libertação. Este consegue derrubar Luís Cabral, o que provocou o corte de relações entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde e, subsequentemente, a ruptura do partido que até então tinha dirigido os dois países. A 20 de Janeiro de 1981, os cabo-verdianos fundam um novo partido denominado Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), mas até hoje a Guiné-Bissau mantém a sigla histórica do partido denominado PAIGC.

Cabo Verde tornou-se independente no dia 5 de Julho de 1975.



Fig. 28. João Bernardo Vieira (Nino). (1939 - 2009)

Moçambique

Em 1962, Eduardo Mondlane funda a organização política denominada Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), juntando-se a três grupos independentes de nacionalistas moçambicanos. A partir daí, começa a organizar actividades políticas clandestinas. A FRELIMO desencadeia a luta política e militar do povo moçambicano

contra o colonialismo português, dando início à luta armada a 25 de Setembro de 1964. Em Fevereiro de 1969, Eduardo Mondlane é assassinado por agentes do colonialismo português. Realiza-se o II Congresso da FRELIMO e Samora Machel é eleito presidente da organização.

A 25 de Abril de 1974, o colonialismo português conheceu a sua derrota com o Golpe de Estado que pôs fim ao regime colonial fascista. Em Moçambique cria-se um governo de transição, e em 25 de Junho de 1975 é proclamada a República Popular de Moçambique. Samora Machel assume a presidência do Estado.



Fig. 29. Eduardo Mondlane. (1920-1969)



Fig. 30. Samora Machel (1933-1986)



SABIAS QUE...

São Tomé e Príncipe é um arquipélago de origem vulcânica constituído pela Ilha de São Tomé e pela ilha do Príncipe.

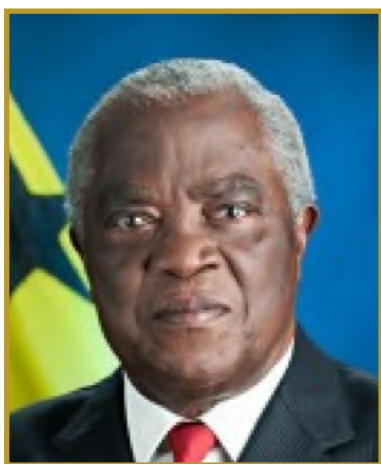


Fig. 31. Pinto da Costa (1937).

São Tomé e Príncipe

Em 1972, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) surgiu a partir do Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe, fundado em 1960 sob a presidência de Manuel Pinto da Costa. Em 26 de Novembro de 1974, o MLSTP e os representantes do governo português assinaram, em Argel, um acordo que definiu as etapas de transição para a independência, que viria a ser proclamada a 12 de Julho de 1975 pelo Presidente da Assembleia de São Tomé e Príncipe, engenheiro Nuno Xavier, e tendo Manuel Pinto da Costa se tornado primeiro Presidente da República.

A exemplo dos demais movimento de libertação das Colónias portuguesas, o MLSTP levou a cabo a sua luta política no exterior do país (Gabão, Guiné-Equatorial, Argélia, Portugal, entre outros) e no interior, através de células que conduziam as acções de resistência.

6.2.1. Novos Estados na África Austral

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)



Fig. 32. Chefes de Estado fundadores da SADC em Lusaka, Zâmbia, 1980. Fonte: SADC

Desde 1977 a 1979, os Ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros dos Estados da Linha de Frente (Angola, Botswana, Lesoto, Moçambique, Swazilândia, Tanzânia e Zâmbia) realizaram reuniões que culminaram com a criação, a 1 de Abril de 1980, da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC) com o objectivo de potenciar o Desenvolvimento Económico destes Estados. Posteriormente, a SADCC foi formalizada através da assinatura do memorando de entendimento, a 20 de Julho de 1981. Entretanto, foi em 1989 que a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, reunida em Harare-Zimbabwe, decidiu atribuir um estatuto legal apropriado em substituição do Memorando de entendimento, através de um Acordo, Carta ou Tratado, em função da Legislação em vigor em cada Estado da Linha da Frente. Mais tarde, a 17 de Agosto de 1992, na Cimeira de Windhoek - Namíbia, os Chefes de Estado e de Governo, assinaram a Declaração e o Tratado que efectivou a transformação da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC) para Comunidade de Desenvolvimento da África Austral ou *Southern Africa Development Community*, em inglês (SADC).

O tratado assinado pelos chefes de Estado da SADC permitiu criar uma série de cooperações institucionais regionais, nomeadamente:

- A Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo;
- Um Concelho de Ministros;
- Um Comité Permanente de Altos Funcionários;
- Um Secretariado Regional;
- Um Tribunal Regional.



Fig. 33. Logótipo da SADC.

A SADC é uma organização regional de integração e de cooperação económica dos países da África Austral, criada por dez Estados Membros (Angola, Botswana, Leso-

to, Namíbia, Malawi, Moçambique, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe). De acordo com a Declaração e o Tratado que criou a Comunidade Regional, os seus objectivos centravam-se na integração económica e na independência do resto dos países da África Austral.

Posteriormente, foram admitidos a Estado-membro da SADC, seis estados:

África do Sul (1994), República Democrática do Congo (1998), Comores (membro observador em 2017 e membro efectivo em 2018), Madagáscar (2005), Maurícias (1995), e as Seychelles (1998).

Actualmente, a SADC tem como objectivos principais a promoção do crescimento e do desenvolvimento económico dos Estados Membros, a diminuição da pobreza, o aumento da qualidade de vida da população regional, a paz e a segurança na região, o desenvolvimento sustentável, o reforço e a consolidação das afinidades culturais, históricas e sociais da região. A sede da SADC encontra-se em Gaborone, no Botswana, e as suas línguas oficiais são o português, o inglês e o francês.

No quadro da política do Estado angolano, o seu Primeiro Presidente, Dr. António Agostinho Neto, lançou a máxima “na Namíbia, no Zimbabwe e na África do Sul, está a continuação da nossa luta”. À época, a Namíbia encontrava-se ocupada pelo regime do *Apartheid* da África do Sul, o Zimbabwe mantinha-se ocupado pela Coroa Britânica e a África do Sul continuava sob o regime do *Apartheid*. Era a época em que os Estados que se tornavam independentes manifestavam a sua solidariedade para com aqueles países que se mantinham sob dominação colonial ou ainda sob um regime segregacionista, como o *Apartheid* na África do Sul.

Foi assim que Angola, uma vez independente em 1975, passou a apoiar as lutas de libertação dos países que ainda se encontravam subjugados ou sob regimes segregacionistas. Neste sentido, encontravam-se em Angola bases da SWAPO e do ANC que se refugiavam do regime Sul Africano e levavam a cabo a luta política e militar para a libertação dos seus países. Outros países apoiaram da mesma forma a luta de libertação desses Estados e do Zimbabwe, tendo este último sido independente a 18 de Abril de 1980.

Da derrota sul africana na Batalha do Cuito Cuanavale, a 23 de Março de 1988, resultaram decisões políticas que culminaram com a libertação do nacionalista Nelson Mandela (11 de Fevereiro de 1990), Primeiro Presidente da África do Sul, enquanto país democrático e na independência da Namíbia (21 de Março de 1990).

É neste sentido que a 23 de Março se comemora a Libertação da África Austral em todos os países da Comunidade, pois a data marca o ponto de partida para o fim da subjugação colonial e da influência do regime do *Apartheid* sobre a Namíbia e sobre a África do Sul, últimos focos de subjugação colonial e racial na região.

Hino da SADC

*SADC, SADC, Aurora da nossa certeza,
SADC, SADC, Aurora dum futuro melhor
E d'esp'rança para integração
Regional e universal,
Para unidade e harmonia dos nossos povos.
Berço da humanidade,
Berço dos (nossos) antepassados,
Exaltemos com alegria a realização
Da noss'esp'rança
E erguer a bandeira da solidariedade.
SADC, SADC, SADC, SADC, Aurora da nossa certeza.*



Por: Manuel Gomes dos Santos (Embaixador)

A independência do Zimbabwe



Fig. 35. Joshua Nkomo. (1917-1999)

A Rodésia (actual Zimbabwe) era um território que estava integrado numa federação, juntamente com a Zâmbia e o Malawi. Em 1964, a Zâmbia e o Malawi tornaram-se independentes, recusando os objectivos dos colonos ingleses de perpetuarem a sua dominação. Na Rodésia, as populações começaram a manifestar-se a favor da sua independência. Londres sente-se pressionada a transferir gradualmente o poder de Ian Douglas Smith, o então primeiro-ministro da Rodésia, para a maioria negra. Inicia-se a luta armada organizada em torno de dois grandes grupos: a União Popular Africana do Zimbabwe (ZAPU), dirigida por Joshua Nkomo, e a União Nacional Africana do Zimbabwe (ZANU), dirigida por Robert Mugabe.

A luta armada é associada à luta política e levada até à própria capital: Harare (ex-Salisbury).

Em 1979, depois das eleições, o bispo Abel Muzorewa assume o lugar de Primeiro-Ministro e muda o nome do país, de Rodésia para Zimbabwe. A situação política altera-se quando a Grã Bretanha, depois de um curto período de transição, entrega o poder ao grande vencedor das eleições: a ZANU, de Robert Mugabe.



Fig. 35. Robert Mugabe. (1924-2019)



SABIAS QUE...

O actual território da Namíbia já foi chamado de Sudoeste Africano.

A independência da Namíbia

Enquanto outros países africanos proclamavam as suas independências, em 1950 a República Sul Africana, controlava a Namíbia para a continuidade da exploração dos seus recursos. Em 1960, foi fundada a Organização Popular do Sudoeste Africano (SWAPO), presidida por Sam Nujoma, que organizou um movimento de guerrilha no centro da Namíbia. O principal objectivo da organização era a conquista da independência do país, porém, a República Sul Africana tinha o objectivo de anexar a Namíbia como sua quinta província. A extinção do *Apartheid* (regime de segregação racial) na Namíbia ocorreu em 1980. A independência da Namíbia finalmente ocorreu em 21 de Março de 1990, após negociações entre a República Sul Africana, Cuba e Angola.



Fig. 36. Sam Nujoma. (1929)

6.2.2 O *Apartheid* na África do Sul

SABIAS QUE...

Apartheid significa “desenvolvimento separado dos grupos de raças” uma doutrina que foi praticada na República Sul-Africana.

Em 1652, Jan Van Riebeeck, da Companhia Holandesa das Índias Orientais, fundou a Cidade do Cabo, no extremo sul do continente africano.

Durante os séculos XVII e XVIII, a Colónia do Cabo viu chegar e instalarem-se missionários, principalmente dos Países Baixos, mas também da Alemanha, França, Escócia e de outros lugares da Europa.

Os ingleses ocuparam a Cidade do Cabo em 1795, durante a Guerra Anglo-Holandesa. Depois do breve período do domínio holandês entre 1803 e 1806, a cidade tornou-se capital da colónia britânica do Cabo.

Depois de quatrocentos e cinquenta e dois anos de negociações, a União Sul-Africana foi criada a 31 de Maio de 1910. Este foi o primeiro passo para a independência da África do Sul que, no entanto, só teve lugar 51 anos mais tarde, isto é, a 31 de Maio de 1961.



Fig. 37. Fotografia do Massacre de Sharpeville, em 1960, durante o qual uma manifestação pacífica de opositores ao *Apartheid* foi brutalmente reprimida pela polícia racista sul-africana.

Na altura, era empregue uma política de segregação ou racial absoluta, conhecida por “*apartheid*”, condenada severamente por quase toda a comunidade internacional. Uma minoria dos descendentes dos colonos europeus dominava a maioria dos nativos. Os nativos não tinham o direito de ser livres, de escolher o lugar da sua residência, de estudar e até mesmo de trabalhar.

A vida dos nativos na África do Sul era separada dos descendentes dos colonos europeus. O *Apartheid* começou a enfraquecer quando os países da África Austral começaram a tornar-se independentes, como o caso de Angola, Moçambique e Zimbábue.

Estes países intensificaram as pressões internas através do apoio à luta de libertação das organizações e, por outro lado, as pressões internacionais.

A luta liderada pelo Partido Nacional Africano (ANC) conduziu inevitavelmente à liberdade do povo sul-africano e à eliminação do *Apartheid* com as eleições livres e democráticas realizadas em 1994, que deram **vitória** ao ANC. Após o *Apartheid*, Nelson Mandela torna-se presidente da República da África do Sul.



Fig. 38 Nelson Mandela.
(1918-2013)

! AGORA QUE JÁ APRENDESTE, DEVES SABER...

- Que os povos africanos viveram acontecimentos que marcaram a História do seu continente.
- A nível do continente africano foram-se registando revoltas contra o sistema colonial europeu, nas décadas de 1930 e 1940.
- A partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) começou a luta anticolonial.
- No período de 1950 a 1960, o continente africano foi marcado pelo surgimento de alguns Estados independentes.
- Que em 1954 foi publicada a lei que reforçava a categoria de indígena nas províncias portuguesas da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique.
- De 23 a 25 de Maio de 1963 realizou-se, em Addis-Abeba, capital da Etiópia, a Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos países recentemente independentes de África que deu lugar à OUA e por esta razão se comemora o dia 25 de Maio como o dia de África.
- Que em 1 de Abril de 1980 foi criada a SADCC, em Lusaka, Zâmbia.
- Que o dia 23 de Março é comemorado como o dia de Libertação da África Austral.

GLOSSÁRIO

Abolição

Acto de pôr fora de uso; de extinguir ou de suprimir.

Adoptar

Seguir determinado tipo de procedimento. Levar a efeito; pôr em prática.

Adorno

Elemento acessório cuja função é enfeitar, embelezar. Decoração, ornamentação.

Albergar

Acolher ou recolher-se em albergue. Dar ou receber protecção. Alojamento.

Anexado

Que foi incorporado noutro ou agregado a outro, passando a estar sob o domínio, a soberania ou a dependência de outro; que foi objecto de anexação.

Bantu

Grupo etnolinguístico africano que cobre grande parte da África Central e Meridional. Este grupo de etnias fala línguas que têm origem comum.

Capturar

Prender; Proceder ao aprisionamento de uma pessoa ou de um animal; fazer a captura. Relativo a apreender, aprisionar, prender. No caso de coisas usa-se “apreender”.

Caravana

Conjunto de pessoas que viajam em veículos pouco distanciados entre si; conjunto de pessoas que vão em grupo a algum lugar.

Cargueiros

Que transportam mercadorias, cargas. Navios ou aviões mercantes destinados ao transporte de mercadorias ou cargas; navios de carga.

Circulação

Movimento, deslocação de pessoas ou objectos. Movimento de bens ou produtos e suas transacções.

Conquistado

Que foi dominado, subjugado.

Conquistador

Que adquire terras ou domínios pela força das armas; que faz conquistas.

Continente

Vasta extensão da superfície sólida do globo terrestre limitada por um ou vários oceanos.

Cooperação

Acto ou efeito de cooperar. Trabalhar ou agir em conjunto para determinado fim específico.

Cumplicidade

Qualidade de quem é cúmplice. Colaboração ou participação com outro ou com outros em alguma coisa, favorecendo-a ou ajudando-a; acção comum.

Desbravar

Preparar um terreno bravo para ser cultivado ou para poder servir de passagem.

Desenfreado

Que não tem comedimento ou moderação; que perdeu a noção de conveniência da medida. Relativo a descomedido.

Desmembramento

Separação das partes de um todo ou de um conjunto; acto ou efeito de desmembrar.

Despojo

Subtracção de alguma coisa da posse de alguém. O que foi tomado ao inimigo, ao vencido ou ao conquistado.

Desumano

Que tem falta de sensibilidade que caracteriza o ser humano, que não é solidário e não se preocupa com os problemas do próximo; que não tem humanidade.

Divindade

Natureza ou essência divina. Pessoa ou coisa que se adora e a que se atribui grande poder.

Enriquecimento

Acto ou efeito de enriquecer. Acção de tornar rico, de dar riqueza, fortuna.

Estratificada

Que está disposto em camadas sobrepostas ou estratos. Dividir ou dividir-se em planos, níveis ou estratos diferentes.

Estrutura

Organização ou modo como as diferentes partes estão dispostas entre si. Relativo a constituição. Modo de ajustamento e organização dos vários elementos de um todo, de forma a concorrerem para um determinado fim.

Exclusiva

Que é única. Que é original ou exemplar.

Expansão

Acção de ampliar, de dilatar, de tornar maior em dimensão ou quantidade. Acto ou efeito de expandir.

Exploração

Acto ou efeito de explorar. Aproveitamento ilícito e indevido de uma circunstância, de um acontecimento, de uma situação de inferioridade de alguém em benefício próprio. Viagem que se empreende a uma região desconhecida para a estudar, do ponto de vista científico ou com fins militares, políticos, etc.

Explorações

Investigações, descobertas, pesquisas.

Explorada

Que é vítima de aproveitamento indevido e ilícito. Que sofreu exploração. Que se percorreu, estudou ou pesquisou.

Exportadores

Que vendem ao estrangeiro, que enviam para outro país produtos ou matérias-primas nacionais. Que exporta.

Fabulosos

Relativo a extraordinário, fantástico. Que é inacreditável ou causa enorme espanto, apesar de real, de verdadeiro. Que é relativo a mitologia, a narrativas lendárias, ao mundo da imaginação criadora e da fábula.

Fascinado

Que está encantado. Que tem uma atracção irresistível por alguém ou alguma coisa.

Fixação

Instalação em determinado local, com carácter definitivo.

Florescente

Que se destaca pela sua notabilidade. Ter origem. Ter grande desenvolvimento, prosperidade.

Fortunas

Conjunto de bens ou haveres, de valor considerável, pertencentes a alguém.

Fricção

Acto ou efeito de friccionar (por exemplo, os seres humanos inventaram ou descobriram o fogo através da fricção de dois objectos).

Gerar

Dar origem; fazer aparecer; produzir; engendrar.

Guerreiros

Grupo armado que pratica uma forma de luta. Pessoas que combatem numa guerra.

Hegemonia

Situação de vantagem ou de domínio sobre alguém ou alguma coisa dentro da mesma organização ou sector. Preponderância, superioridade, supremacia.

Hierarquizar

Acção de ordenar o poder, funções ou qualquer outra coisa de uma forma crescente ou decrescente. Organizar segundo uma hierarquia.

Hominídeos

Família de mamíferos primatas de que a única espécie sobrevivente é o ser humano, e que engloba ainda várias espécies fósseis. Espécie dessa família: o homem na sua fase lenta de evolução física e intelectual, desde o estágio primitivo até ao actual estado de desenvolvimento.

Indemnização

Acto de indemnizar. Aquilo que é dado a alguém ou a uma entidade para compensar um prejuízo ou aquilo que se perdeu ou danificou.

Intempéries

Agitações atmosféricas muito violentas.

Intermediário

Que intervém servindo de ligação ou que torna possível uma comunicação ou transição.

Invadido

Tomado ou ocupado pela força militar de um país ou território. Introduzir-se ou entrar de forma hostil, inoportuna, abusiva.

Legado

Enviado de um governo em missão especial, junto de potência estrangeira. Deixado em testemunho. Valor previamente determinado ou objecto individualizado deixado em testamento a alguém que não é herdeiro legítimo.

Lucro

Relativo a ganho. Ganho pecuniário, na actividade económica, correspondente à diferença entre o custo de produção ou aquisição e o de venda de bens ou serviços.

Metalurgia

Ciência que estuda a origem e os processos de obtenção dos metais, assim como as suas propriedades físicas e mecânicas. Indústria que faz a extracção e a manipulação dos metais.

Muralha

Muro de grande espessura e geralmente bastante elevado, construído como obra defensiva à volta de uma fortaleza, de uma praça de armas ou que protege um território.

Negreiros

Que traficavam escravos ou negros. Diz-se do navio utilizado antigamente no tráfico de escravos ou negros.

Nobreza

Condição de nobre, de pessoa que, por nascimento ou decisão de um soberano, goza de privilégios em determinado tipo de sociedade. Qualidade do que é distinto, excelente, nobre.

Oceanos

Grande massa de água salgada que cobre aproximadamente três quartos da superfície da terra.

Paliçada

Barreira defensiva, formada por uma fileira de estacas fixadas ao chão, presas por travessas e arame farpado, usualmente reforçada com terra. Local vedado onde antigamente se realizavam combates, torneios, etc.

Penetrar

Relativo a entrar. Instalar-se numa comunidade, influenciando e sendo por ela aceite. Entrar no interior de um corpo, de uma matéria.

Percorrer

Atravessar um espaço de uma ponta a outra, num ou em vários sentidos. Mover-se ao longo de determinado espaço.

Perdurar

Relativo a permanecer; persistir. Continuar a acontecer, a manifestar-se, a existir.

Privada

Actividade que não é estatal ou que não tem carácter público.

Produtores

Que geram, fornecem ou produzem alguma coisa. Os que produzem. Pessoas ou entidades que criam alguma coisa, que geram bens ou asseguram serviços.

Propriedade

Qualidade do que é próprio. Direito pelo qual alguma coisa pertence a alguém, que dela pode dispor de modo exclusivo e dentro das limitações da lei.

Próspero

O que é favorável ou bem sucedido. Que goza de prosperidade.

Provinha / provir

Ter como causa ou origem. Que é originário ou procedente de algum lugar.

Rendimentos

Lucros obtidos em transacções comerciais, investimento de capitais ou qualquer outro proveito.

Rudimentar

Que se refere aos dados básicos de uma técnica. Grosseiro.

Tráfico

Comércio ou negócio à margem da lei.

Transacções

Trocas. Acto ou efeito de concretização de uma operação comercial.

Tributo

Quantia que um Estado dependente pagava a outro como prova da sua submissão. Quantia ou valor que é inerente a uma concessão. Reverência ou homenagem a alguém.

BIBLIOGRAFIA

ÁFRICA 2,1 n.º 2, Angola, Sócios Gráfica, Artes Gráficas Lda., Janeiro-
-Fevereiro, 2007.

ÁFRICA 2,1 n.º 10, Angola, Sócios Gráfica, Artes Gráficas Lda., Novembro, 2007.

ANDRADE, Mário Pinto – *Origens do Nacionalismo Africano*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1998.

Cadernos do Terceiro Mundo, ano III, n.º 20, Janeiro 1980.

DIÁRIO DE LUANDA – 3 – *História de Angola*

FREITAS, Gustavo de – *História de Angola*, Plátano Editora, Ministério da Educação.

GONÇALVES, António Custódio - Identidades culturais e emergência do nacionalismo angolano- AFRICANA STUDIA, N.º 2.1999. Edição da Fundação Eng. António de Almeida pp 47-60.

GONÇALVES, Jonuel José - 1943 em Angola - Revista Perspectivas do Desenvolvimento RPD, 2013 1ª Edição, N.º 1.

Guia do Terceiro Mundo 1983, Editora Associados, dir. Pablo Placentini e Beatriz Bissio.

Guia do Terceiro Mundo 1986, Lisboa – Tricontinental Editora; Rio de Janeiro – Editora Terceiro Mundo.

KI-ZERBO, Joseph – *Para Quando África? Entrevista de René Holenstein*, Luanda, Editora e Livraria Chá de Caxinde, 2006.

KI-ZERBO, Joseph – *História da África Negra*, volume II, 3.ª edição, Mira-Sintra, Mem Martins, 2000.

MORAIS, Beatriz – *A Cooperação e a Integração Regionais da África Austral – A SADC. O Papel de Angola*, Centro de Estudos Africanos, Universidade de São Paulo, 1998.

MELO, António *et al.* – *Colonialismo e Lutas de Libertação – 7 Cadernos sobre a Guerra Colonial*, 1974.

VICHINSKI, M.P – *Sul da África: o Apartheid, o Colonialismo, a Agressão*, URSS, Edições Progresso, 1987.

ZAU, Filipe – *Marítimos Africanos e um Clube com História – Universitária Editora – Lisboa – 2005 pp 73.*